JORNAL DA CAMARA – 09/02/2007

PLENÁRIO ADIA VOTAÇÃO DA SUPER-RECEITA PARA SEGUNDA-FEIRA - Sefot/Secom

Novais recomenda a aprovação integral de 16 emendas, a aprovação parcial de 2 e a rejeição das outras 17 emendas.

Depois da leitura do parecer do deputado Pedro Novais (PMDB-MA), o Plenário adiou novamente nesta quinta-feira a discussão das 35 emendas do Senado ao Projeto de Lei 6272/05, do Poder Executivo, que cria a Super-Receita. O órgão deverá centralizar a arrecadação e a fiscalização dos tributos hoje administrados pela Secretaria da Receita Federal e pela Secretaria de Receita Previdenciária.

Novais recomendou a aprovação integral de 16 emendas, a aprovação parcial de 2 e a rejeição das outras 17 emendas. Em respeito ao acordo de líderes, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, determinou a publicação do parecer e retirou de pauta a matéria, que retorna na sessão deliberativa da próxima segunda-feira (12).

Dívidas com INSS - Uma das principais emendas apresentadas pelos senadores e acatada pelo relator institui o parcelamento de débitos dos estados e do Distrito Federal relativos a contribuições sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Eles poderão ser divididos em até 240 parcelas mensais, com desconto de 50% dos juros de mora e aplicação de juros somente se não ocorrer o pagamento. Para as contribuições descontadas dos trabalhadores e não repassadas, a emenda permite parcelamento em até 60 meses.

Outra emenda aceita no parecer propõe o prazo de um ano, prorrogável por mais 180 dias, para o fisco proferir decisão administrativa sobre petições, defesas ou recursos em relação a questões tributárias. Caso não haja uma decisão no prazo máximo, o lançamento de cobrança do tributo será considerado nulo.

Novais também acolheu a obrigatoriedade de o futuro secretário da Receita Federal do Brasil ser sabatinado pelo Senado após indicação pelo presidente da República.

Fiscalização trabalhista - Uma emenda polêmica acolhida por Novais trata da relação entre empresas constituídas por pessoas físicas para prestar serviço a outras empresas. O texto do Senado obriga a autoridade fiscal a obter decisão da Justiça para comprovar que há relação de trabalho entre os envolvidos. Segundo o relator, a solução encontrada "foi uma boa decisão" porque "o que a Receita estava pretendendo era um absurdo".

Para o líder do PFL, Onyx Lorenzoni (RS), a aprovação da emenda evita que o novo órgão tenha "superpoderes". Lorenzoni disse que a emenda "garante as salvaguardas para o contribuinte e limita o poder da fiscalização dentro do que determina a legislação e a Constituição".

Já o PT é contrário à emenda. Para o deputado Carlito Merss (PT-SC), o texto do Senado prejudica a formalização de trabalhadores no Brasil. "A emenda incentiva a terceirização e, ao exigir uma decisão judicial para a possibilidade de o fiscal verificar as irregularidades, praticamente inviabiliza o papel da legislação trabalhista, incentivando a terceirização de forma fraudulenta", afirmou.

MEDIDAS PROVISÓRIAS DO PAC RECEBEM 452 EMENDAS

A Secretaria de Comissões Mistas do Congresso registrou 452 emendas de deputados e senadores às medidas provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A MP 351/07, que concede incentivos fiscais para projetos na área de infra-estrutura, foi a que recebeu o maior número de emendas: 151. Em segundo lugar vem a MP 349/07, que recebeu 89 emendas.

A MP 347/07, que destina crédito de R$ 5,2 bilhões à Caixa Econômica Federal para operações de financiamento em saneamento básico e habitação popular, recebeu 86 emendas. A MP 350/07, que permite aos mutuários com renda de até seis salários mínimos antecipar a compra da unidade habitacional arrendada, foi alvo de 37 emendas.

Os parlamentares ofereceram 54 emendas à MP 352/07, que cria incentivos para a atuação de empresas que desenvolvam dispositivos eletrônicos semicondutores ou mostradores de informações (displays) e que fabriquem equipamentos utilizados na televisão digital.
A criação do Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE), prevista pela MP 348/07, recebeu 35 emendas. O fundo terá como finalidade a captação de recursos privados para financiar projetos nas áreas de energia, transporte, água e saneamento básico.
Da Redação/SC - (Reprodução autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara')

MINISTRO APRESENTA FÓRUM NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A primeira iniciativa do fórum, que tem duração prevista de seis meses e deve ser criado na semana que vem, é fazer um diagnóstico da situação da previdência social no Brasil, ouvindo especialistas de dentro e de fora do sistema. Depois de analisar os problemas e as possíveis soluções, o fórum decidirá se mandará ou não proposições legislativas para o Congresso Nacional.
O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, recebeu nesta quinta-feira a visita do ministro da Previdência, Nelson Machado. Ele veio à Casa apresentar o Fórum Nacional de Previdência Social, criado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pelo Decreto 6019/07.
A primeira iniciativa do fórum, que tem duração prevista de seis meses e deve ser criado na semana que vem, é fazer um diagnóstico da situação da previdência social no Brasil, ouvindo especialistas de dentro e de fora do sistema. Depois de analisar os problemas e as possíveis soluções, o fórum decidirá se mandará ou não proposições legislativas para o Congresso Nacional.
Chinaglia disse que a regulamentação da previdência complementar deverá ser uma das prioridades nas discussões. Segundo ele, o ministro assegurou que esse tema será abordado com destaque no fórum e deve ser tema de projeto a ser votado pelo Legislativo.
O Fórum será composto pelas seguintes entidades, representantes do governo federal, empregadores e empregados: Ministério da Previdência Social, Casa Civil, Ministério do Trabalho, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Central Autônoma de Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores, Central Geral de Trabalhadores do Brasil, Central Única dos Trabalhadores, Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Força Sindical, Nova Central Sindical de Trabalhadores, Social Democracia Social, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Transporte.
Reforma política - deputado reafirmou sua intenção - ressaltada durante a campanha para a Presidência - de criar uma comissão especial para debater reforma política. Ele elogiou iniciativas como a da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pretende trazer ao Parlamento um projeto sobre o tema na próxima semana. Chinaglia disse que é importante o Congresso estar aberto para a sociedade, mas adiantou que a complexidade do assunto não deve permitir que a reforma seja votada tão cedo.
Apesar de ainda não ter fechado uma pauta para as sessões deliberativas da semana que vem, marcadas para ocorrer de segunda a sexta-feira, Arlindo Chinaglia está confiante em que haverá quorum. "Eu quero montar a pauta levando em consideração dois aspectos: o interesse da população brasileira e aquilo que possa ser interpretado como uma boa proposta".
Arlindo Chinaglia disse que pretende aproveitar a grande renovação de deputados e a disposição dos novos parlamentares para auxiliá-lo no processo de mudança da imagem da Câmara. Reportagem - Alfredo Lopes Edição - Patricia Roedel

AGÊNCIA BRASIL - 09/02/2007

Anteprojeto prevê a volta do AQ - O diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Sérgio Pedreira, confirmou ao coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindjus), Roberto Policarpo, que está quase pronto o anteprojeto de lei que altera dispositivos da Lei 11.416/06, de reestruturação do Plano de Cargos e Salários (PCS) do Judiciário Federal. Está prevista volta os 5% do Adicional de Qualificação, para os técnicos judiciários que concluíram curso de nível superior. Outra mudança será no artigo 2º da lei. O novo projeto estabelece uma carreira única, formada pelos cargos de analista, técnico e auxiliar judiciário. - fonte - Jornal de Brasilia

Sem incorporação de planos - O procurador-geral da República em exercício, Roberto Monteiro Gurgel Santos, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer pela denegação de um mandado de segurança impetrado por servidores de instituições federais de ensino contra o Tribunal de Contas da União (TCU). Os servidores pleiteam liminar contra uma decisão do TCU que considerou ilegal pedidos de aposentadoria e de pensão acrescidos de incorporações referentes aos planos Bresser, Verão e Collor. De acordo com a PGR, no mandado de segurança, os servidores alegam que os adiantamentos incorporados são resultado de decisão judicial consolidada, e o tribunal não poderia ir contra deliberação feita pela Justiça anteriormente. O TCU argumenta que a manutenção da sentença julgada desrespeita princípios constitucionais. Para o procurador-geral em exercício, a decisão do TCU respeita os princípios da legalidade e da segurança jurídica. - fonte - Jornal de Brasilia

BASE GOVERNISTA FICA COM 14 DAS 20 COMISSÕES DA CÂMARA - Iolando Lourenço Repórter da Agência Brasil

Brasília - As 20 presidências de comissões técnicas da Câmara dos Deputados foram definidas, hoje (8), em uma reunião entre os líderes partidários e o presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP). O bloco formado pelo PMDB/PT/PP/PR/PTB e outros pequenos partidos ficou com a presidência de 11 comissões técnicas. Entre elas, a de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação. O bloco formado por PDT/PSB/PCdoB e outros ficou com a presidência de três comissões.

Juntos os partidos da base aliada ao governo federal vão controlar 14 das 20 comissões. O bloco da oposição, formado por PSDB/PFL/PPS ficou com as presidências de seis comissões. O PDSB, com a terceira maior bancada da Câmara vai comandar as comissões de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, e Segurança Pública. O PFL fica com as comissões de Seguridade Social e Agricultura e o PPS, com a Defesa do Consumidor.

Os nomes para ocupar os cargos deverão ser apresentados até terça-feira da próxima semana. O líder do PFL, Onnyx Lorenzoni (RS), elogiou a divisão das 20 comissões técnicas de acordo com a proporcionalidade dos blocos. Segundo ele, isso dá mais segurança e representatividade às decisões.

O PMDB, maior bancada da Câmara, vai presidir as comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, e Viação e Transportes. O PT, com a segunda maior bancada, ficou com as presidências de Finanças e Tributação, Direitos Humanos, e Desenvolvimento Urbano.

O PP vai presidir as comissões de Minas e Energia, e Fiscalização Financeira. O PSB também fica com duas: Turismo e Desporto, e Integração Nacional. O PTB vai presidir a comissão de Trabalho. O PDT, a de Relações Exteriores e o PSC, a de Legislação Participativa. O PR ficará com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

CRIAÇÃO DA SUPER RECEITA COMPROMETE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, APONTA SINDICATO - Juliane Sacerdote - Da Agência Brasil

Brasília - Entre as 35 emendas ao projeto de lei nº 6.272/05, que cria a Super Receita, a de número 3 – proposta em junho de 2005 pelo então senador Ney Suassuna – preocupa a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Campos.

O projeto volta à Câmara dos Deputados para nova votação e, segundo a sindicalista, se essa emenda for aprovada, "grande parte da classe trabalhadora ficará desprotegida e as relações de trabalho, precarizadas, porque o Poder Executivo representado pela figura dos auditores perderá sua capacidade efetiva de garantir o cumprimento da legislação trabalhista"

A emenda, acrescentou, praticamente elimina o trabalho fiscalizador dos auditores, deixando para o Poder Judiciário as decisões sobre irregularidades no cumprimento de normas previstas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Os auditores, explicou, "sem o poder de notificar essas irregularidades ou de aplicar multas, terão reduzido o espectro do seu trabalho".

Entre as áreas mais afetadas, segundo a presidente do Sinait, estão o combate ao trabalho escravo, realizado pelos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego; a fiscalização do serviço terceirizado, seja ele regular ou irregular, e das "cooperativas de trabalho fraudulentas".

Ela reiterou que "o texto da emenda prevê que o Judiciário seja responsável por verificar as condições trabalhistas, mas o Judiciário só age se for provocado – não realiza o trabalho preventivo que os auditores fazem e não tem estrutura para isso".

Na opinião da sindicalista, “a emenda tem erros técnicos gritantes e abre a porta para flexibilizar as relações de trabalho". Rosa Maria Campos acrescentou que "o trabalhador só vai procurar a Justiça quando for demitido e se procurar, encontrará o Judiciário já atulhado de processos".
A votação do projeto de lei, prevista para hoje na Câmara dos Deputados, foi adiada para segunda-feira (12).

JORNAL VALOR ECONOMICO – 09/02/2007

DISPUTA ENTRE TEMER E JOBIM ADIA REFORMA - DE BRASÍLIA

A disputa pelo comando do PMDB entre o deputado Michel Temer, atual presidente, e o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, pode levar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a deixar para depois de 11 de março, data marcada para a convenção pemedebista, a definição da reforma ministerial, pelo menos no que se refere ao partido. A indefinição do presidente levou integrantes da bancada na Câmara a ameaçar o governo de não votar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) até a escolha dos novos ministros.
A notícia de que o presidente esperaria pela eleição do PMDB para nomear os ministros do partido circulou no início da tarde, após uma conversa de Lula com o senador Renan Calheiros, presidente do Senado, O novo líder da bancada, Henrique Eduardo Alves (RN), no entanto, informou à tarde que já na próxima semana Lula deve receber Michel Temer para conversar sobre os espaços do partido no governo.
Alves classificou como "ansiedade natural" a inquietação entre os deputados pela indefinição do ministério, mas assegurou que o PMDB vai ajudar na aprovação do PAC. "Entramos de cabeça na coalizão", disse. "O PAC deve ser discutido e aprovado até o final do semestre". Segundo Henrique Alves, o presidente Lula está dentro do cronograma a que se comprometeu com o partido - só discutir o novo governo após as eleições no Congresso.
As divergências sobre o prazo para a conclusão da reforma ministerial refletem a disputa entre dois grupos do PMDB, os antigos governistas, liderados por Renan Calheiros e José Sarney, e os chamados de "neolulistas", que se agruparam em torno da eleição do deputado Arlindo Chinaglia para a presidência da Câmara e agora exigem a reciprocidade do governo. Para os senadores, interessa que Lula deixe a reforma para depois da eleição do novo presidente do PMDB, pois eles pretendem substituir Michel Temer por Nelson Jobim no cargo. Contam com a simpatia de Lula por Jobim, nome que cogitou ter como companheiro de chapa na eleição e para ocupar o Ministério da Justiça.
Temer tomou o café da manhã ontem com Jobim. O deputado disse ao ex-presidente do STF que, por ter feito a coalizão com o governo e e se engajado com sucesso na candidatura de Chinaglia a presidente da Câmara, decidira concorrer à reeleição. Ressaltou, no entanto, que não se sentiria "confortável" em disputar com Jobim. Queria saber se ele era mesmo candidato a seu cargo. Jobim desconversou. Disse que ainda não tomara uma decisão e que daria uma resposta a Temer na próxima semana. Na realidade, Jobim é candidato.
Segundo apurou o Valor, Temer atribui a manobra de adiar a escolha dos ministros pemedebistas ao senador José Sarney. Isso porque, no acordo para eleger Chinaglia, ficou acertado que, em 2009, o PT ajudará a eleger presidente da Câmara um nome do PMDB. Temer, que já presidiu a Casa, seria um candidato natural. Com a presidência da Câmara com pemedebista, avalia-se no partido que o PT possa reivindicar a presidência no Senado, daqui a dois anos, cargo visado por Sarney, no entendimento de Temer e seu grupo.
Renan não quis comentar seu encontro com Lula. Limitou-se a dizer que propusera um encontro entre os chefes dos três poderes, para tratar de divergências que ocorrem entre eles. Na realidade, Renan disse a Lula que estava deixando a interlocução com o governo em nome do partido. Com isso, deixa o grupo da Câmara isolado, de vez que a interlocução de Temer com Lula nunca foi boa.
Os senadores julgam-se numa situação confortável. A bancada avalizou a manutenção dos dois ministros - Hélio Costa, das Comunicações, e Silas Rondeau, das Minas e Energia -, enquanto a Câmara tem direito a um (Saúde) e ainda tenta convencer Lula a dar um segundo ministério para os deputados. O preferido é o dos Transportes, para o qual Lula deve reconduzir o senador Alfredo Nascimento, seguido pelo da Integração Nacional, onde o deputado Ciro Gomes quer manter Pedro Brito. (RC e RU)

ORÇAMENTO É SANCIONADO COM VETOS A DUAS EMENDAS PARLAMENTARES - Mônica Izaguirre

FL. 04 - sexta-feira, 9 de fevereiro de 2007

Um erro de classificação cometido pelo Congresso levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a sancionar com vetos o Orçamento Geral da União para 2007, aprovado no fim do ano passado. A pedido do Ministério do Planejamento, foram vetadas duas emendas parlamentares, que, segundo o órgão, reforçariam em cerca de R$ 150 mil as verbas da Universidade Federal do Acre, uma das unidades orçamentárias do Ministério da Educação.

"Não foram vetos políticos. Não temos nada contra as emendas", explicou, em entrevista ao Valor, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel. Segundo ele, o veto foi inevitável porque a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) não tinha como corrigir operacionalmente a falha de classificação.

Conforme a Secretaria de Orçamento Federal, a verba destinada à universidade deveria ter sido classificada como sendo da esfera fiscal.

Entretanto, o código atribuído foi da esfera da seguridade social. Com isso, as emendas tornaram-se inconstitucionais porque a unidade orçamentária beneficiada "não desenvolve ações típicas da seguridade social", segundo o texto da mensagem de veto que foi encaminhada ao Congresso.

A primeira das duas emendas vetadas fazia parte do programa Universidade do Século XXI, mais especificamente da ação orçamentária intitulada "modernizar e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior". A segunda estava incluída num programa de desenvolvimento do ensino de pós-graduação.

A lei sancionada pelo presidente da República foi publicada na edição de ontem do "Diário Oficial da União". Mas, em princípio, as despesas não serão integralmente executadas.

Como o Orçamento não é impositivo, possivelmente na próxima semana o governo vai contingenciar, ou seja, bloquear o uso de parte das dotações nele previstas. É uma medida preventiva, tomada todo o início de ano, para adequar as despesas às novas estimativas de receita, ainda não divulgadas pelo governo.

Incluindo os investimentos das empresas estatais federais e a rolagem da dívida do Tesouro Nacional, o Orçamento total sancionado chega a quase R$ 1,576 trilhão. O orçamento fiscal e da seguridade soma mais de R$ 880 bilhões, dos quais R$ 461,73 bilhões aproximadamente relativos a despesas primárias (não-financeiras, conceito que exclui juros, por exemplo). É sobre a parte discricionária desse segmento que recairá o contingenciamento.

A expectativa do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que foi relator do projeto do Orçamento no Congresso, é de que o bloqueio de dotações alcance, pelo menos, R$ 15 bilhões. Mas o senador lembra que, ao longo do ano, o governo sempre acaba reduzindo o valor que foi contingenciado.

Ao alterar o projeto original enviado pelo Executivo, o Congresso elevou em R$ 11,8 bilhões o montante de despesas primárias do Orçamento. Posteriormente, o governo anunciou o Programa de Aceleração de Crescimento e adotou novas medidas de desoneração tributária, que têm impacto negativo sobre a receita.

Além de reduzir receita, o Programa de Aceleração do Crescimento eleva em R$ 6,7 bilhões as despesas do Projeto Piloto de Investimentos, para R$ 11,3 bilhões. Mas como o Projeto Piloto de Investimentos não conta como despesa primária para efeitos de apuração de resultado fiscal, a compensação, nesse caso, não precisa ser feita com cortes em outros gastos e sim pela redução da meta de superávit primário.

Considerando o valor original do Projeto Piloto de Investimentos, a meta tinha sido fixada em R$ 50,74 bilhões para o governo central, sem contar com as empresas estatais.

MARKETING DE INCENTIVO E CONTRIBUIÇÃO AO INSS -

Wagner Balera e Luis Rodrigues Kerbauy

O marketing de incentivo surgiu como forma de adequar as empresas às características atuais do mercado, proporcionando aumento da produção através do estímulo de funcionários e integração de equipes, acirrando a competitividade. Ele consiste, em linhas gerais, na premiação de funcionários que venham a atingir determinado resultado, previamente estabelecido, de relevância para o desenvolvimento de atividades promovidas pela empresa. Poderá ser utilizado, por exemplo, para o lançamento de uma nova linha de produtos ou para o alcance de metas internas da empresa.

Do ponto de vista jurídico, diversas questões foram levantadas com o intuito de conceituar a natureza deste fenômeno. A preocupação não é meramente teórica. Tão logo se verificou a ampla difusão do marketing de incentivo, houve quem defendesse a paga da premiação como tendo natureza salarial e, portanto, servindo de base para os diversos encargos previstos na legislação trabalhista.

A conceituação da premiação como salário levou, ainda, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a considerá-la como parcela integrante do salário-de-contribuição e, portanto, sujeito à incidência de contribuições sociais, passando, de forma incauta, a autuar empresas a fim de, indevidamente, constituir crédito tributário nesse sentido.

Contudo, a atuação do INSS deu-se na contramão do desenvolvimento mercadológico e, mormente, ao arrepio da legislação pertinente. O marketing de incentivo não possui regulamentação específica na legislação pátria. Não obstante, é perfeitamente possível enquadrá-lo dentro dos institutos já previstos, mas precisamente no conceito de promessa de recompensa disposto nos artigos 854 e seguintes do Código de Civil.

Tem-se, pela definição legal, que "aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar, a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço, contrai obrigação de cumprir o prometido", conforme prevê o artigo 854 do Código Civil. O instituto representa espécie que tem por gênero a obrigação unilateral de vontade de sorte que a natureza obrigacional decorre, não da manifesta vontade de ambas as partes, regra geral para o nascimento das relações de trabalho, mas do interesse social no cumprimento do que foi prometido por quem armou tal concurso, desde que cumpridas as condições regulamentares em que o mesmo deveria se desenvolver.

É a lei, portanto, que substitui a vontade de um dos pólos da relação, impondo o adimplemento do pagamento da recompensa, ainda que, quando tenha sido executado o estipulado, não tenha o destinatário feito com a intenção de receber o prêmio, segundo o artigo 855 do Código Civil. Contudo, alguns elementos mínimos devem ser verificados para que o instituto não seja desvirtuado.

- O marketing de incentivo possui características distintas do conceito de remuneração previsto na legislação trabalhista

Inicialmente, deve-se observar rigorosamente o regulamento que institua o plano de incentivo, que, ademais, será responsável por constituir objeto de um direito subjetivo dos indivíduos defronte a empresa. O programa deve, ainda, obedecer à publicidade adequada de todos os termos da campanha e do seu resultado para que a promoção torne-se conhecida, bem como os critérios que a compõe.

Somente com a fixação de parâmetros claramente definidos e do mais amplo acesso de todos os possíveis participantes às regras adrede estipuladas será possível a caracterização da verdadeira natureza, desvinculada do conceito de remuneração. São, portanto, elementos mínimos comuns às diversas campanhas: a) público-alvo; b) condição; c) termo; e d) premiação. A seleção do grupo deve estar baseada exclusivamente em critérios objetivos, relevantes para o funcionamento da campanha, que prestigiem as finalidades pretendidas com a implantação do programa. A condição, critério a ser nitidamente especificado na campanha, lhe confere caráter condicional, somente aperfeiçoando-se o negócio jurídico quando preenchidos os parâmetros específicos, divulgados previamente na campanha. Tem-se, ainda, que a proposta de atuação encontra-se demarcada pela sua natureza excepcional, de sorte que o programa de incentivo deve ter duração limitada e periodicidade eventual. Trata-se, deste modo, de sazonal situação com fixação de prazos para que os interessados manifestem sua intenção de participar da disputa bem como mediante estipulação do momento em que será considerada implementada a condição.

Na mesma esteira, conceituando o marketing de incentivo como promessa de recompensa, verifica-se sua exclusão da incidência de contribuições sociais, o que deveria inibir autuações por parte do INSS nesse sentido. Deveras, o tipo tributário, como tipo fechado, deve ter todos os seus critérios traçados em lei, para que, verificada a conduta no plano fenomênico que perfeitamente se ajuste aos seus termos, nasça relação jurídica através da qual o sujeito ativo será titular da pretensão de exigir prestação pecuniária de outrem.

Sublinhe-se que a lei que cuida do plano de custeio de Previdência Social - a Lei nº 8.212, de 1991 - não previu o prêmio ofertado pelos programas de incentivo como base de incidência de contribuição social, nem tampouco elegeu aquele que seria o sujeito passivo de eventual relação tributária, na hipótese em debate.

Temos, pois, que o marketing de incentivo possui características próprias e distintas do conceito de remuneração previsto na legislação trabalhista, por se tratar de promessa de recompensa de natureza excepcional e que será facultativamente implementada pelo funcionário. Como corolário da desnaturação da natureza salarial do prêmio, é descabida sua caracterização como base de incidência de contribuições sociais, inclusive pela ausência de tipo legal que preveja os critérios necessários para que surja essa relação tributária.

Wagner Balera e Luis Rodrigues Kerbauy são advogados, sócios do escritório Balera, Gueller, Portanova e Associados Advocacia Previdenciária

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO - 09/02/2007

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SAI APÓS FÓRUM, DIZ DILMA

A ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi bastante enfática ao afirmar nesta quinta-feira, durante palestra para dirigentes do Sebrae, que o governo está apostando que a reforma da Previdência sairá, e de forma correta. "Nós estamos apostando nisso: que sai uma reforma correta e uma sinalização precisa para o futuro do País", afirmou, manifestando confiança no resultado do Fórum da Previdência, que será instalado no próximo dia 12 de fevereiro, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O fórum vai discutir uma proposta de consenso entre diversos setores da sociedade.

Segundo a ministra, o País está maduro para ter um amplo consenso. A reforma da Previdência, a seu ver, tem que ter uma transição longa, mas ela não especificou um prazo que considera adequado para a mudança das regras. Ela disse ainda que os direitos adquiridos dos trabalhadores não podem ser afetados pela reforma, e que o governo está apostando que, num prazo mais rápido possível, será possível construir este consenso. Ela lembrou que o fórum terá prazo de seis meses para discutir a proposta.

Dilma disse que não é possível, com a reforma da Previdência, o governo ter uma visão tecnocrata e contratar "duas consultorias" para colocar na mesa uma proposta. Por isso, destacou ela, o governo preferiu criar o fórum, que será um espaço para que as mudanças sejam debatidas. "É um local onde nós iremos construir um projeto de consenso e apresentar ao Congresso para que ele seja efetivo", afirmou.

Ela destacou que o governo aprendeu que não basta querer fazer a reforma. "Temos que construir as condições e com grande leque de sustentação", ressaltou ao acrescentar que o governo poderia enviar cem reformas para o Congresso e elas não serem aprovadas ou aprovadas de forma distorcida.

A ministra ponderou ainda que o governo não tirou uma proposta de reforma do bolso e a colocou na mesa. "É um assunto extremamente delicado."

PAC - A ministra afirmou, durante a palestra sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que assim que se abrir espaço fiscal, o governo aumentará as desonerações tributárias e os investimentos. Segundo ela, essas duas medidas são cruciais para a aceleração do crescimento do País. Dilma admitiu que no PAC não foi possível ampliar a desoneração da forma como o governo gostaria. "Não tivemos espaço para fazer tudo", afirmou a ministra.

Ela acrescentou que o PAC não é uma tentativa do governo para afrouxar o controle dos gastos. "Pelo contrário", afirmou. "Vamos aumentar o controle dos gastos para fazer o PAC", disse ela, apresentando gráficos que mostram a trajetória da relação dívida líquida do setor público com o Produto Interno Bruto, que deverá cair para 39,7% em 2010, segundo o PAC.

Ela afirmou que essas projeções mostram o compromisso do governo com a sustentabilidade fiscal. Acrescentou que as estimativas foram feitas com projeções bastante conservadoras de juros, com base na pesquisa Focus. Dilma acrescentou que com o PAC é possível almejar crescimento com qualidade e que o programa precisa da mobilização de todos.

Meirelles - Dilma evitou fazer qualquer comentário sobre a pressão de baixa no mercado de câmbio nem sobre o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. "Eu preferia não me manifestar sobre isso, não é minha área."

Diante da insistência dos jornalistas sobre reportagens dando conta de que a ministra faz parte do grupo de integrantes do governo que quer o afastamento de Meirelles por causa da política cambial e monetária, Dilma respondeu: "Não vou falar sobre isso. Mas no que se refere às matérias dos jornais, eu quando acordo quero saber como é que certas coisas saem nos jornais."

Matéria alterada às 17h09 para acréscimo de informações

O FUNDO DA QUESTÃO É OUTRO

A s principais agremiações políticas ficaram indignadas, e a opinião pública decerto perplexa, com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que redividiu os recursos do Fundo Partidário - cerca de R$ 120 milhões este ano, mais o produto das multas eleitorais aplicadas no período - beneficiando extravagantemente as legendas pequenas e nanicas. O tribunal fez letra morta da proporção

estabelecida entre o grosso dos recursos públicos a serem transferidos aos 28 partidos registrados no País e a sua representação parlamentar. Antes, 99% do bolo era distribuído conforme o desempenho de cada legenda na eleição para a Câmara; o 1% restante, dividido por igual entre todas. O que o TSE fez, essencialmente, foi aumentar a parte fixa para 42%.

Com isso, até os microscópicos 8 partidos que não conseguiram emplacar um único deputado em 2006 entraram no rateio, em prejuízo, obviamente, das siglas que de fato contam, sobretudo PMDB, PT, PSDB e PFL. A toque de caixa, o que sabem fazer quando os seus interesses diretos estão em jogo, as 4 grandes mobilizaram as suas bancadas para aprovar em regime de urgência urgentíssima - ou urgentérrima, pois passaram como um trator sobre todos os prazos regimentais - um projeto que restabelecerá, ligeiramente abrandada, a situação anterior: 95% do dinheiro será dividido proporcionalmente entre os com-voto e 5% entre todos. O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, apressou-se a aconselhar o Congresso a aprovar uma lei 'razoável' para não ser derrubada por inconstitucional.

De todo modo, nos termos em que foi posta, a polêmica em torno dos critérios para o rateio do Fundo Partidário - distribuição mais igualitária entre as agremiações ou preponderantemente de acordo com os votos por elas obtidos - passa ao largo do essencial: o fato de pelo menos uma dezena das atuais agremiações terem sido constituídas apenas para fins de escambo, em favor de quem as criou e controla. As apropriadamente chamadas legendas de aluguel trocam as frações de tempo a que têm direito no horário eleitoral, pela simples razão de existir e apresentar candidatos, por um punhado de lugares na coligação a que os seus donos as juntaram na esperança de se eleger deputados - e repetir o negócio no pleito seguinte.

Contra isso, o Congresso aprovou a importação de um dispositivo implantado há mais de meio século na Alemanha redemocratizada para tentar impedir que os partidos radicais de direita e esquerda tivessem assento no Bundestag, a câmara federal: a cláusula de desempenho, ou de barreira. O partido que não obtivesse 5% dos votos simplesmente não teria representação parlamentar. A versão brasileira foi menos drástica: os candidatos eleitos pelas siglas que ficaram aquém dos 5% da votação nacional e do mínimo de 2% em 9 Estados exerceriam o mandato, mas como deputados de segunda categoria, sem direito de participar dos órgãos decisórios da Casa e outras prerrogativas. As suas legendas só apareceriam na mídia eletrônica no período eleitoral e receberiam uma parte apenas de 1% do Fundo Partidário.

Em dezembro passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) acertadamente julgou a medida inconstitucional por afrontar o pluralismo político e o direito das minorias. Nisso se baseou o TSE para derrubar a forma de rateio do Fundo que dela se originou. Tecnicamente, portanto, fez a coisa certa. Não se pode dizer o mesmo do ministro Marco Aurélio quando demoniza a desigualdade política advinda do voto popular. Com a costumeira exuberância, argumentou que 'a hegemonia (dos grandes) conduz ao totalitarismo' - no contexto, pura pirotecnia. Debater, abstratamente, se a lei deve proteger as pequenas siglas ou se, por seus votos, algumas agremiações são 'mais iguais' que as outras é não ir ao fundo da questão.

Se a meta é acabar com as legendas caça-níqueis, incomparavelmente mais simples e eficaz do que impor cláusulas de barreira ou limitar as suas verbas seria aprovar um dos poucos itens indispensáveis da reforma política adormecida no Congresso: a proibição das coligações nos pleitos proporcionais. Isso obrigaria os locadores de nanopartidos a concorrer pelas siglas que fabricaram para isso - e elas sucumbiriam por falta de espaço eleitoral.

PARA OAB, PLEBISCITO PODE VIRAR ARMA DE POPULISTAS

Ordem dos Advogados do Brasil reage a deputados do PT que querem dar ao presidente prerrogativa de convocar consulta sem autorização do Congresso - Ricardo Brandt

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) afirmou ontem que a proposta feita por um grupo de parlamentares petistas de que o presidente da República possa convocar plebiscitos e referendos sem a autorização do Congresso 'tem um viés autoritário'.

'Os instrumentos de democracia direta e participativa são meios de controle da ação dos governantes pelo próprio povo; eles não podem se tornar formas de legitimação populista para instauração de governos autoritários', afirmou o presidente da Comissão de Defesa da República e da Democracia da OAB, Fábio Konder Comparato, em nota.

A proposta consta de um documento de 30 páginas, denominado Um Novo Rumo para o PT, que será apresentado pelo grupo no 3º Congresso do partido. Entre seus signatários estão o deputados federais Cândido Vaccarezza, José Mentor, Devanir Ribeiro e Carlos Zarattini - todos de São Paulo.
Num dos 90 itens do documento está escrito: 'Se o presidente da República pode editar medidas provisórias - cada vez mais sob o crivo das críticas por seu vezo autoritário -, por que não pode ele, sem este vício originário, convocar plebiscitos sem autorização legislativa para decidir questões de grande alcance nacional?'
Os autores do texto garantem que a proposta visa a 'ampliar a democracia no País' e cita exemplos de países de primeiro mundo que usam o plebiscito e o referendo com maior freqüência. No Brasil republicano há registro de apenas dois plebiscitos (em 1963 e 1993).
De acordo com Comparato, a OAB apresentou ao Congresso dois projetos de lei sobre plebiscito e referendo que 'incentivam a democracia direta e participativa, diferentemente da proposta do grupo de deputados petistas paulistas, que tende ao autoritarismo'.

'Os projetos n° 4.718/04 e 0001/06 atribuem a iniciativa de convocação de plebiscito e referendo ao próprio povo ou a uma minoria qualificada de cada Casa do Congresso Nacional', explica.
Pela legislação atual, nas questões de relevância nacional, o plebiscito e o referendo são convocados por meio de decreto legislativo, por proposta de no mínimo um terço dos membros da Câmara ou do Senado (artigo 3º, da lei 9.709/98 - que regulamentou o artigo 14 da Constituição Federal).
Comparato diz que a proposta dos petistas 'mostra a urgência de serem aprovados os projetos de lei apresentados pela OAB ao Congresso'.
Além da OAB, especialistas em direito constitucional também atacaram o caráter autoritário da proposta e disseram que ela desqualifica o Congresso. 'Através dos plebiscitos é que se fazem os césares', atacou o jurista Célio Borja, ex-ministro da Justiça. 'O plebiscito sem aprovação do Congresso restringe a democracia, porque coloca nas mãos do chefe do Executivo esse poder.'
Carlos Ari Sundfeld classifica a proposta como um retrocesso democrático. 'O Brasil tem uma democracia em construção. Por isso precisa privilegiar o Parlamento e não fazer o contrário, dando plenos poderes ao presidente', afirmou.
Para Belizário dos Santos Júnior, seria o começo de um governo ainda mais autoritário. 'O presidente já tem um poder quase imperial com as medidas provisórias. Essa proposta soa muito chavista. É um absurdo os próprios deputados dizerem que não têm competência.'

Bornhausen relança PFL como Partido Democrata - Rosa Costa

Como parte do que chamou de refundação do PFL, o presidente do partido, ex-senador Jorge Bornhausen, anunciou ontem, em solenidade que reuniu no Congresso os principais dirigentes pefelistas, três pontos que nortearão o futuro da legenda: a mudança do nome para Partido Democrata (PD), a preparação de um novo estatuto e o empenho em atrair nomes para renovar a sigla.
O novo estatuto será aprovado em convenção marcada para o dia 28 de março. A expectativa, segundo ele, é a de assegurar ao partido, nas eleições de 2008, candidatos em todos os municípios com mais de 100 mil habitantes. 'O PFL não se afastou de buscar o poder', disse Bornhausen. 'Tivemos frustrações nos últimos anos, com a morte de Luís Eduardo Magalhães, a saída da disputa de Roseana Sarney e o episódio do prefeito Cesar Maia, que teve a candidatura metralhada pelo governo.'
O presidente do PFL citou casos semelhantes de partidos europeus - como o PP espanhol, o Partido Trabalhista inglês e o PSC de Portugal - que souberam se renovar e, com isso, alcançaram o poder.
Segundo maior partido do Senado, o PFL pretende manter a linha de crítica permanente ao governo Lula. 'Vamos falar as verdades inconvenientes e expor as mentiras convenientes do governo Lula', disse Bornhausen. 'O partido busca a aproximação com a sociedade e a diferenciação do estilo populista representado pelo presidente Lula.' No Congresso, o PFL promete atuar pelo fim da CPMF, pelas privatizações e contra o abuso de medidas provisórias.

PTB ADIA DECISÃO SOBRE ANISTIA

Jefferson vai reavaliar após carnaval proposta de indulto - Ana Paula Scinocca

O PTB vai deixar para depois do carnaval a decisão final sobre a proposta defendida pelo secretário-geral do partido, Campos Machado, de iniciar um movimento pela anistia de Roberto Jefferson, cassado em 2005 no auge do escândalo do mensalão.
O ex-deputado e presidente nacional do PTB rejeita a idéia a princípio, alegando não haver clamor social para sua anistia política. Jefferson tem dito que não quer negociar com os líderes que o cassaram, e que quer voltar ao Congresso 'pela porta da frente, não pelos fundos'.
Ontem, porém, durante o segundo dia do congresso nacional do partido, Campos Machado apresentou uma minuta do projeto de anistia a Jefferson.
Por mais de uma hora, os dois conversaram sobre o assunto. Diante da insistência de Campos Machado, Jefferson prometeu, segundo integrantes do partido, reavaliar a proposta e voltar a discutir o assunto após o feriado do carnaval, ainda em fevereiro.
A intenção do PTB de encabeçar movimento pela anistia de Jefferson foi antecipada pelo Estado na quarta-feira. Um dia depois, o deputado cassado rejeitou a proposta.
Jefferson chegou a telefonar para Campos Machado pedindo que o colega de partido não colocasse o assunto na pauta do encontro do partido, que termina amanhã em Brasília.
Em entrevista ao Estado, anteontem, Jefferson avaliou que a concessão de anistia a ele ou ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT) - também cassado em 2005 - abriria a possibilidade para que todos os demais envolvidos no escândalo do mensalão fossem absolvidos.
'Anistia pressupõe o arquivamento de todos os processos de natureza administrativa, penal e civil. Se ele é denunciado como chefe do mensalão, o mandante, e o chefe é anistiado, não tem executor', observou Jefferson. 'Você vai arquivar o processo dos outros 38, 39. Se for anistiado, tudo está arquivado. Os outros, até o Marcos Valério, se beneficiam da anistia, porque ela é ampla, geral e irrestrita.'
Para integrantes do PTB, no entanto, a resistência de Jefferson em aceitar um movimento por sua anistia não passa de 'jogo de cena'.
Jefferson e Dirceu tiveram seus direitos políticos suspensos por oito anos a partir de 2005, ou seja, ficam inelegíveis até 2013.

TEMER PODE TER QUE ENFRENTAR JOBIM NO PMDB

Indefinição sobre comando da legenda deve atrasar ainda mais a reforma ministerial de Lula -Ana Paula Scinocca

O presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), avisou ontem o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim que pretende continuar no comando do partido e, por isso, disputará a reeleição. Jobim também tem interesse no cargo, mas ainda não definiu se entrará na briga. A eleição está marcada para 11 de março.
A conversa dos peemedebistas foi amigável. Em café da manhã na casa de Jobim, em Brasília, Temer avaliou que seu trabalho à frente do PMDB o credencia a disputar a permanência no posto. Ele falou especificamente sobre a adesão à base do governo - compondo o que o presidente Lula tem chamado de coalizão - e do apoio de primeira hora do partido à eleição de Arlindo Chinaglia (PT-SP) na Câmara.
Jobim prometeu a Temer uma definição na semana que vem. Segundo peemedebistas, ele teria dito que vem sendo pressionado a disputar o posto, mas que vai avaliar a viabilidade de lutar pelo comando do partido diante da decisão de Temer.
Feito o comunicado a Jobim, Temer marcou para segunda-feira, em São Paulo, o lançamento de sua candidatura.
Antes de se reunir com Jobim, Temer aproveitou uma conversa, na véspera, com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, para checar junto ao Planalto se havia veto à sua permanência à frente do PMDB. Tarso teria dito que não e que não iria interferir na disputa interna do partido.
Temer quer ser o avalista do acordo que consolidou a aliança do PT com o PMDB no Congresso. Em contrapartida, espera ter o apoio do PT para ser o próximo presidente da Câmara, em substituição a Chinaglia. Pelo acordo firmado entre os dois partidos, caberá ao PMDB, daqui a dois anos, indicar o candidato ao cargo.
A disputa pode atrasar ainda mais a reforma ministerial. Lula, segundo peemedebistas, teria advertido que é 'complicado' fazer mudanças na equipe tendo como interlocutor um presidente de partido que possa vir a ser substituído. O PMDB quer cinco ministérios. O líder do partido na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), tratou de ressaltar que o momento é de unidade. 'O presidente Lula já avisou que na semana que vem vai começar as conversas para realizar a reforma.'

OBSESSÃO AUTORITÁRIA - DORA KRAMER

A busca do PT pelo poder absoluto é recorrente e exige estreita vigilância

O deputado Cândido Vaccarezza sofisma e tenta fazer de tola a Nação quando zomba da constatação sobre a natureza autoritária da proposta de alterar a Constituição para transferir do Congresso ao presidente da República a prerrogativa de convocar plebiscitos, arquitetada por um grupo de petistas liderados por ele.

Este não é o primeiro e, a despeito das fortes e constantes reações contrárias, não será o último gesto de apreço dos atuais ocupantes do poder pela concentração de poderes em um só Poder, que revela desapreço ao atributo essencial da República e da democracia: o equilíbrio entre os encarregados de legislar, julgar e executar as tarefas de Estado.

A escalada vem de longe e já inclui exemplos suficientes para autorizar qualquer desconfiança: as tentativas de enquadrar os produtores culturais aos ditames da nomenclatura e submeter a imprensa a um conselho de fiscalização estatal, a idéia de 'democratizar' os meios de comunicação mediante a criação de uma rede de veículos financiados por verbas públicas, o uso do aparelho de Estado para quebrar o sigilo bancário e desmoralizar um cidadão, a proposta de convocação de Constituinte exclusiva para tratar da reforma política e agora essa história de dar ao presidente da República o poder de convocar plebiscitos sobre 'assuntos de interesse nacional'.

A insistência na mesma tecla - a busca do exercício do poder absoluto - justifica a vigilância e desmonta a estudada inocência com que o deputado Vaccarezza rebate as críticas, justificando a idéia como parte de um projeto de 'fortalecer a democracia e facilitar a participação da população'.

Fortalecer a democracia retirando prerrogativas do Congresso seria uma contradição em termos se a intenção não fosse exatamente a de enfraquecê-lo em detrimento da democracia representativa.

O deputado cita exemplos de outros países onde os instrumentos do plebiscito e do referendo são utilizados com freqüência, a fim de submeter assuntos de interesse (nacional ou local) ao escrutínio da população.

Em nenhum deles, pelo menos nos democráticos, o presidente pode convocá-los por vontade unilateral. Com que objetivo o Brasil instituiria essa inovação malsã?

No documento onde é feita a proposta é sugerido também o fim da reeleição, ponto apresentado por seus autores como 'prova' de que a meta não é abrir espaço para o presidente Luiz Inácio da Silva vir a pleitear um novo mandato. Antes assim. Mas isso não retira da proposta seu caráter profundamente suspeito de intenções não explicadas.

Se o propósito é, como diz o deputado Vaccarezza, 'corrigir distorções' do sistema, que sentido faz criar uma regra que aumenta a distorção, pois desequilibra ainda mais a já tão desequilibrada eqüipolência dos Poderes?

Nenhum. A menos que a finalidade seja conferir a Lula um instrumento de ligação direta - e plena - com as chamadas massas para a realização de algum intento ainda não explicitado.

Zás-trás - Raramente se vê no Parlamento tanta celeridade. A Justiça Eleitoral reduziu o repasse do Fundo Partidário aos grandes partidos na terça-feira à noite, na quarta já estava pronto um projeto de lei revalidando a situação anterior, para ser votado antes do carnaval.

A reforma política tramita há 12 anos na Casa.

Motor amaciando - A Câmara prepara o terreno para voltar ao assunto do reajuste dos subsídios dos deputados. Desobstrui a pauta, trabalha com afinco e extingue 1.050 cargos em comissão.

Antes da discussão dos 91%, a Câmara aprovou o fim do voto secreto, confiando amenizar as reações negativas ao aumento.

A propósito dos cargos em comissão ainda existentes (1.315), o então candidato a presidente, Arlindo Chinaglia disse ao jornal Valor em 11 de dezembro: 'Não sei quantos (cargos) têm na Casa. Mas, se eleito, não vou reduzir nenhum.'

Mal comparando - O PFL está tentando transformar em doce o azedume do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, sobre o manifestante expulso aos gritos de 'vagabundo' de uma inauguração de ambulatório na segunda-feira.

Os pefelistas argumentam que o episódio pode ter a vantagem de tornar Kassab - cuja reeleição é o principal investimento do partido para a eleição municipal de 2008 - mais conhecido da população.

Lembram que anos atrás o prefeito do Rio, César Maia, apostou no estilo maluco-beleza, tornou-se um 'hit' e se reelegeu com facilidade. De maluco só tinha o marketing.

Se o prefeito paulista levar a sério a comparação, prudente será manter de Gilberto Kassab uma distância regulamentar.

Prestigiado - Os adversários estão conseguindo cumprir seu objetivo de enfraquecer a posição do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Autoridade que precisa ser defendida de cinco em cinco minutos perde a autoridade.

CÂMARA VAI CORTAR SALÁRIO DE FANTASMAS

FL. 011 - sexta-feira, 9 de fevereiro de 2007

Mais de 70 dos 450 funcionários da Câmara Municipal de Manaus não devem receber seus salários a partir deste mês. Segundo levantamento feito pela Mesa da Casa, eram 130 os funcionários fantasmas descobertos em janeiro. Nos últimos dias, contudo, quase a metade voltou a trabalhar. De acordo com a assessoria da Câmara, os que não voltarem ao trabalho até o fim do mês terão os salários cortados e serão chamados a pedir exoneração.

PREVIDÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E INAÇÃO - Rogério L. Furquim Werneck*

Não há como ser contra um tratamento mais transparente das contas da Previdência Social. A questão previdenciária ocupa o centro do imbróglio fiscal com que hoje se debate o País. Quanto mais clara for a percepção do que está ocorrendo na Previdência mais fácil será adotar medidas que possam conter a preocupante expansão das despesas previdenciárias. Sobre isso, não há dúvida. O que, sim, causa apreensão é estar o governo empenhado em racionalizar sua inação no front da reforma previdenciária, com base em falsas conclusões extraídas de uma contabilização supostamente mais transparente dos fluxos financeiros da Previdência.

No seu primeiro mandato, o governo Lula mobilizou recursos políticos consideráveis para levar adiante a reforma de 2003, que introduziu modificações fundamentais no regime previdenciário dos servidores públicos. Mas são outros os tempos. E o governo opera agora com valores e tripulação muito diferentes dos que tinha há quatro anos. Já não há mais a mesma disposição de fazer avançar a reforma previdenciária, ainda que vozes isoladas no Planalto continuem alertando que a agenda de reforma relacionada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) está caindo de madura.

Já há alguns meses, o governo andava à cata de uma boa história que pudesse fazer o avanço da reforma previdenciária parecer dispensável. Ao que tudo indica, a busca teve sucesso. O presidente parece ter sido convencido de que, se as contas forem refeitas com cuidado, o déficit de R$ 13,5 bilhões, referente à parte do RGPS voltada para os trabalhadores urbanos, fica reduzido a R$ 3,8 bilhões. E de que boa parte dos R$ 42 bilhões de déficit total do RGPS pode ser atribuído à Previdência rural e a renúncias fiscais erroneamente lançadas à conta da Previdência, e não do Tesouro. Sendo “tão pequeno” o déficit no RGPS urbano, já não haveria por que introduzir mudanças que pareciam inevitáveis, como fixação de idade mínima para aposentadoria e desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo. Bastaria um esforço de melhora de gestão.

Em boa medida, o governo tem entendido melhora de gestão como aperto de fiscalização e aumento de arrecadação. No biênio 2005-2006 o crescimento real médio dos benefícios previdenciários pagos pelo RGPS urbano foi de 9,2% ao ano. Para que o déficit do RGPS urbano pudesse ser mantido constante como proporção do PIB, a arrecadação líquida do sistema teve de crescer, em termos reais, a pouco mais de 10% ao ano. Ou seja, a uma taxa quatro vezes maior que a taxa média real de crescimento do PIB no período.

O que vem sendo proposto, para que o déficit de R$ 13,5 bilhões de 2006 seja encolhido para R$ 3,8 bilhões, é que R$ 9,7 bilhões sejam contabilizados como renúncias fiscais previdenciárias. Mais de 50% deste montante corresponde ao que supostamente poderia ter sido arrecadado de pequenas empresas que se beneficiam do Simples. Isso ilustra com clareza o que há de errado com a visão que inspira o argumento. É sabido que mais da metade do mercado de trabalho do País está mergulhado na informalidade. Há muitas razões para isso. A mais importante é que boa parte das pequenas empresas não tem condições de arcar com a carga tributária (inclusive encargos previdenciários) que a formalização impõe. Ao propiciar desoneração, simplificação e desburocratização, o Simples atua como um paliativo que reduz a evasão e estimula a formalização. Não faz sentido, contudo, que o governo parta para a contabilidade criativa e credite à Previdência a receita que supostamente poderia estar sendo arrecadada se as empresas não tivessem sido beneficiadas pelo Simples e estivessem submetidas a alíquotas normais.

É essa a história que está sendo vendida ao presidente. As contas fecham mesmo que o sagrado direito de aposentadoria com qualquer idade fique intocado. Aos que têm condições de pagar a Previdência, aplica-se a fiscalização, para tentar manter o crescimento real da arrecadação em 10% ao ano. Aos que não têm, o governo oferece a desoneração do Simples. Mas contabiliza como receita virtual da Previdência o que teoricamente poderia ter sido arrecadado se a desoneração não tivesse sido concedida. Quanto mais generosa a desoneração, mais empresas decidirão se formalizar, optando pelo Simples. E mais sólidas parecerão as contas da Previdência. Uma beleza.

*Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

PREVIDÊNCIA OPÕE DILMA A MANTEGA

Determinação do governo em avançar numa proposta de reforma é rebatida pelo ministro como 'opinião pessoal' - Adriana Fernandes e Renata Verissimo, BRASÍLIA

O governo deu ontem sinais desencontrados em relação a reforma da Previdência. Enquanto a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou, com ênfase, a determinação de avançar na reforma, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reagiu: "É a opinião pessoal da ministra". As declarações de Dilma foram feitas para uma platéia de dirigentes estaduais reunidos pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto.

Mantega, quando tomou conhecimento das declarações da ministra, pediu esclarecimentos à sua assessoria e, em seguida, deu entrevista coletiva na porta do Ministério da Fazenda. "Não está definido, o governo não tem uma posição sobre isso, mas, possivelmente, podemos desembocar nessa questão, mas não vamos colocar os carros na frente dos bois", disse Mantega.

Dilma demonstrou absoluta confiança ao falar para os dirigentes do Sebrae. "Nós estamos apostando que o País está maduro para ter um projeto consensual de reforma ou pelo menos com amplo consenso. Estamos apostando nisso: que sai uma reforma correta e uma sinalização precisa para o futuro do País", afirmou Dilma, na palestra.

As palavras contundentes da ministra surpreenderam porque foi a primeira vez que um integrante da cúpula governo admite que uma proposta efetiva de reforma será fechada no Fórum da Previdência, que discutirá os problemas previdenciários do País pelo prazo de seis meses. O Fórum será instalado no dia 12 de fevereiro pelo presidente Lula.

Até agora, os ministros foram discretos e sempre remeteram uma decisão sobre a necessidade ou não de uma reforma ao Fórum. Inclusive, a posição do governo é a de desmitificar o tradicional déficit da Previdência, estimado em mais de R$ 45 bilhões. Lula, por exemplo, balizou as discussões quando afirmou que maior parte do déficit é política social, numa indicação de que muito pouco pode ser feito por meio de uma reforma.

O desencontro entre os ministros chamou a atenção ainda porque, no momento em que as afirmações de Dilma eram divulgadas nas agências de tempo real, Mantega estava reunido com o ministro da Previdência, Nelson Machado, para discutir a instalação do Fórum.

Somente o Fórum, na avaliação de Mantega, poderá avaliar os problemas, traçar um bom diagnóstico e ver se as contas da Previdência têm sustentabilidade no médio e longo prazos.

Dilma discursou sobre a reforma e garantiu que as eventuais medidas de mudanças terão uma transição de longo prazo, sem especificar esse prazo. "Achamos que a transição tem que ser longa, os direitos adquiridos não podem ser afetados e que é perfeitamente possível articular esse processo com a sociedade e ter um projeto consistente de reforma", afirmou, ressalvando, apenas, que o projeto "não será tirado do bolso ", porque será discutido no Forum.

FRASES

Dilma Rousseff Ministra da Casa Civil - "Nós estamos apostando que o País está maduro para ter um projeto consensual de reforma ou pelo menos com amplo consenso. Nós estamos apostando nisso: que sai uma reforma correta e uma sinalização precisa para o futuro do País"

Guido Mantega Ministro da Fazenda - "É opinião pessoal da ministra. Não está definido, o governo não tem uma posição sobre isso, mas possivelmente podemos desembocar nesta questão, mas não vamos colocar os carros na frente dos bois'

Lucro do ABN Amro cresceu 43% em 2006 - Vinícius Pinheiro

O Banco ABN Amro Real anunciou ontem um aumento de 43% no lucro líquido anual, que chegou a R$ 2,048 bilhões em 2006. A receita de intermediação financeira somou R$ 9,744 bilhões, uma alta de 22%. No fim do ano, o patrimônio líquido do banco estava em R$ 9,779 bilhões. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 25%.

As receitas da instituição totalizaram R$ 12,995 bilhões, com incremento de 22% sobre 2005. "Esse número foi impulsionado pela expansão do crédito, mudança no mix da carteira e pelos resultados nas operações de seguros, previdência e capitalização", informou o presidente do banco, Fabio Barbosa.

A carteira de crédito cresceu 26%, chegando a R$ 49,7 bilhões. Esse número equivale à participação de 6,8% no mercado. Para a pessoa física, o total de financiamentos foi de R$ 21,708 bilhões, com alta de 23,7%. Na pessoa jurídica, o avanço foi de 27%, para R$ 25,935 bilhões.

Barbosa afirmou que a carteira de crédito deverá crescer acima do mercado em 2007. Ele não especificou o porcentual esperado, mas lembrou que o mercado projeta expansão de 20%. Para este ano, a expectativa do banco é de que a inadimplência se mantenha em 3,2%, mesmo nível apurado no fim de 2006. A média do mercado ficou em 5%.
A participação das operações brasileiras no lucro do banco holandês evoluiu de pouco mais de 10% em 2005 para 16% em 2006.

CONGRESSO EM FOCO - 09/02/2007

O Congresso vale quanto pesa?

Com um orçamento em 2007 de mais de R$ 7 bi, o Legislativo brasileiro, segundo cientistas políticos, só vai melhorar com mudança cultural
Soraia Costa - De casa do povo a casa dos escândalos, as referências mais comuns ao Congresso podem não ser tão contraditórias quanto parecem à primeira vista. O Parlamento brasileiro, que nos últimos anos também abrigou sanguessugas e mensaleiros, apenas reflete costumes sociais reproduzidos no dia-a-dia pelo brasileiro em geral.
Essa é a avaliação de cientistas políticos ouvidos pelo Congresso em Foco a respeito do aparente divórcio entre a sociedade e os parlamentares, aprofundado após as denúncias envolvendo a última legislatura.
“Nós temos o Congresso que merecemos”, afirma o cientista político Paulo Kramer, professor da Universidade de Brasília (UnB). Segundo ele, as pessoas tendem a ser exageradamente flexíveis com suas próprias transgressões e a chamar de corrupção a transgressão dos outros. “O que fizeram os sanguessugas e mensaleiros difere apenas em grau do que fazemos em nosso cotidiano”, diz.
Para Kramer, a “cultura nacional” de obter vantagem em tudo, o “jeitinho brasileiro” levado às suas últimas conseqüências e o incorrigível desrespeito às leis, que ocorrem no dia-a-dia nas ruas, são apenas reproduzidos no Legislativo. Essas práticas podem variar, por exemplo, desde a tentativa de subornar um guarda de trânsito para evitar uma multa até a oferta do voto em troca de um emprego no serviço público.
Por isso, adverte Kramer, não há reforma política capaz de salvar o Congresso sem que ocorra, antes, uma mudança cultural. “O brasileiro não consegue conviver com a igualdade de direitos, está sempre tentando burlar as regras e buscando vantagens pessoais. Isso se reflete na conduta dos parlamentares”, observa. “O problema principal que temos que encarar é a igualdade de direitos”, reforça.
Congresso em concordata - O problema é cultural também na opinião do consultor político Murillo de Aragão, para quem a melhoria do Parlamento brasileiro só se dará se houver “uma total revisão, uma revolução”.
“Não tenho postura golpista, mas o Congresso como está hoje não atende às necessidades da nação. Do jeito que está, é inútil, é apenas uma alegoria. Não defende a cidadania, apenas as corporações e seus interesses. Não promove as discussões necessárias”, argumenta.
Murillo ressalta que a grande agenda do Congresso tem sido discutir o orçamento, mas “de forma obscura e não republicana”. “O Congresso é uma instituição falida, ou melhor, em concordata, porque falida é quando ela fecha. Ele quase não exerce a função legislativa, porque é entupido de medidas provisórias, mal fiscaliza e não faz debates de qualidade”, afirma.
“Em estudo comparado, percebemos que a variável de um sistema que o faz funcionar ou não é a cultura do povo. Nos países com boa educação e boa cultura civil, o sistema funciona. Por isso, o que é eficiente na Noruega pode não ser aqui”, explica o cientista político Octaciano Nogueira.
Pesquisa Ibope/Opinião divulgada pela revista Veja no último dia 27 (leia mais) mostra que 84% dos entrevistados consideram que os parlamentares brasileiros trabalham pouco e que 52% acreditam que não passa de 10% o índice de bons deputados e senadores do país.
O resultado do levantamento é ainda mais desolador quando são observados os adjetivos usados pelos entrevistados para classificar os seus representantes. Pela ordem: desonestos (55%); insensíveis aos interesses da sociedade (52%); e mentirosos (49%).
A pesquisa reflete o descontentamento generalizado do eleitor principalmente com a última legislatura, recordista em envolvimento com irregularidades. Ao todo, 105 congressistas – um em cada cinco – foram denunciados ao Conselho de Ética por quebra de decoro no decorrer dos quatro anos. Apenas quatro (3,7%) deles foram cassados (leia mais).
Orçamento gigantesco - Além dos sucessivos escândalos políticos, os elevados gastos do Legislativo também estão entre os principais alvos das críticas (leia mais). “Temos o maior Congresso do mundo. São 30 mil funcionários (17 mil na Câmara e 13 mil no Senado). É um número excessivo de parlamentares, e quanto maior o tamanho, menor a eficiência do sistema”, observa Octaciano.

Embora tenha o menor orçamento entre os três poderes no âmbito federal, o Congresso movimenta recursos que causam inveja a qualquer prefeito de grande cidade brasileira. A lei orçamentária prevê este ano para o Legislativo R$ 7,17 bilhões (R$ 3,4 bilhões para a Câmara; 2,7 bilhões para o Senado; e R$ 1,07 bilhão para o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Legislativo).
Os valores do Legislativo, porém, estão longe das estimativas para o Judiciário federal (R$ 23,13 bilhões) e o Executivo (R$ 684,23 bilhões), que mantêm estruturas também nos estados.
Ainda assim, a título de comparação, o orçamento do Congresso ultrapassa o de prefeituras de grandes capitais brasileiras, como Salvador (2,4 milhões habitantes), Belo Horizonte (2,2 milhões habitantes) e Porto Alegre (1,4 milhão de habitantes). Para se ter uma idéia, o volume é mais que o dobro do orçamento de Curitiba (1,7 milhão de habitantes), que é de R$ 3 bilhões.
Executivo legislador - Apesar de todo o custo da máquina, os parlamentares têm perdido terreno para o Executivo na tarefa de legislar. Os debates propostos pelo Palácio do Planalto têm prioridade e acabam por criar certa relação de dependência, minimizando o poder de decisão do Congresso. Tanto que durante a disputa pelas presidências da Câmara e do Senado, todos os candidatos colocaram como prioridade a necessidade de garantir a autonomia das duas Casas.
“A gente tem tradição histórica de achar que o presidente sempre foi mais importante e um dos problemas do Congresso é ser tão dependente do presidente da República”, diz Rogério Schmitt, cientista político da Tendências Consultoria. “No Brasil o Congresso tem menos força que nos Estados Unidos, por exemplo. As leis são feitas pelo Executivo. Acho que isso se deve ao fato de que temos pouco tempo de democracia”, argumenta o cientista político.
Como mostrou o Congresso em Foco, só no ano passado, a pauta da Câmara ficou trancada em 65,72% das sessões em função de medidas provisórias (MPs) – leia mais. O resultado não poderia ser outro: de cada dez leis sancionadas no ano passado pelo presidente Lula, sete eram de iniciativa do próprio Executivo (leia mais).
As perspectivas nesse sentido, segundo Murillo de Aragão, não são nada boas, mesmo com o início de uma nova legislatura. “A qualidade dos congressistas é muito baixa e isso não mudou nas últimas eleições. Por isso, não vejo possibilidade alguma de melhora significativa no Parlamento brasileiro”, avalia.
O custo parlamentar - Nem as absolvições em massa dos envolvidos em escândalos políticos, nem a discussão sobre qualquer projeto de lei contrário aos interesses da sociedade... nada causou maior reação popular, nos últimos anos, do que a tentativa dos parlamentares de se autoconcederem, em dezembro do ano passado, um reajuste salarial de 91%.
Pressionados pela opinião pública e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), deputados e senadores recuaram da decisão de elevar seus vencimentos para R$ 24,5 mil, mas não perderam o posto na relação dos congressistas mais bem remunerados de todo o mundo.
Atualmente, o salário dos parlamentares é de R$ 12.800, o que corresponde a 36,5 vezes o valor do piso salarial brasileiro, que é de R$ 350 (leia mais). Mas, em razão de uma série de benefícios de que desfruta, cada congressista custa cerca de R$ 100 mil por mês ao país.
Além de 15 salários por ano, os deputados têm direito a receber R$ 50 mil para o pagamento de assessores, R$ 3 mil para habitação, R$ 4.200 para envio de correspondência, R$ 15 mil para indenizações, R$ 15 mil para manter escritório em sua base eleitoral e R$ 8.300 para passagens de avião.
Na teoria, a verba indenizatória deveria ser recebida apenas quando o deputado comprovasse a despesa. Na prática, muitos parlamentares acabam ficando indevidamente com parte do dinheiro para bancar despesas pessoais.
Para mudar essa realidade, os próprios deputados defendem que haja um maior controle sobre a prestação de contas dos gabinetes, mas a extinção da verba indenizatória é totalmente rejeitada por eles. No Senado, a coisa não é muito diferente. Os senadores ainda têm direito a carro oficial, com 25 litros de combustível por dia.
“Para ser deputado ele não precisa gastar dinheiro, pra que receber mais de R$ 5 mil ou R$ 6 mil livres? O que não pode é ganhar R$ 90 mil e ainda usar a estrutura do Congresso”, critica Murillo de Aragão.
Segundo o cientista político, com vencimentos elevados e despesas mínimas, os deputados partem para a reeleição em condições mais vantajosas do que seus adversários sem mandato, numa clara demonstração de abuso do poder econômico.
Mais que lá fora - Enquanto um congressista brasileiro recebe o equivalente a 36,5 salários mínimos por mês, um parlamentar britânico ganha 5,4 salários mínimos do Reino Unido. O detalhe é que o salário mínimo na Inglaterra é 11 vezes maior do que o vigente no Brasil. Lá, o mínimo é de 926 libras esterlinas (cerca de R$ 3,9 mil), enquanto aqui o piso salarial é de R$ 350.
Cada deputado do Reino Unido recebe 60.277 libras por ano (cerca de R$ 21,2 mil por mês). Considerando-se a despesa total, o custo de cada um dos membros da Câmara dos Comuns (equivalente à Câmara dos Deputados) é de R$ 66,7 mil por mês. Desse total, cerca de R$ 29 mil são destinados para o pagamento de funcionários de gabinete. Isso sem contar que os membros da

Câmara dos Lordes não ganham salários, porque são representantes da nobreza e do clero, com títulos vitalícios e hereditários.
Os parlamentares brasileiros também são mais bem remunerados que os vizinhos argentinos. O custo total de um deputado na Argentina, cujo Congresso é composto por 256 membros, é de 16.712 pesos por mês (cerca de R$ 11,7 mil).
O deputado argentino recebe 7.712 pesos por mês (cerca de R$ 5,4 mil por mês). Ganha ainda 4 mil pesos por mês para viagens e 5 mil pesos para contratar assessores. Mas, desde 2001, não tem direito a 13º salário. No Brasil, os parlamentares recebem 15 salários por ano.
Na Alemanha, um parlamentar recebe o equivalente a R$ 19.710, além de algo em torno de R$ 10,2 mil como verba de gabinete. Os alemães têm direito ainda a outras facilidades, como gastos com viagens aéreas.

BRIGA DE CACHORRO GRANDE?

Algumas considerações sobre a disputa salarial entre os poderes públicos - Bajonas Teixeira de Brito Junior *

Em outros tempos se diria que era briga de cachorro grande e se aconselharia aos desavisados uma dose cavalar de prudência. Falo da atual briga entre os poderes para engordarem os próprios salários. Em um país em que os chamados “poderes” ganharam tal envergadura que se vê o prefeito de São Paulo num dia fazendo piada com uma tragédia, no outro, esbravejando contra um humilde paciente que não consegue uma consulta médica, tudo parece possível. Por isso mesmo, quem aconselha o temor diante dos nossos poderes — e, mais ainda, quem recomenda o pânico — está coberto de razão. Basta toda espécie de impunidade que defrontamos diariamente para nos convencer disso. “Prudência e caldo de galinha” poderiam constar, como capítulos especiais, em nossas obras de ciência política.
Mas existem os atenuantes. Por exemplo, a atual briga de cachorro grande, se bem considerada, mostra uma faceta curiosa: se apresenta como briga de cachorro magro. Como briga de cachorro magro, porque, não faz muito tempo, uma parte queria ganhar 100% de gordura e, a outra, anda dizendo que em comparação com o Congresso vive na penúria (leia mais). Cachorro gordo não teria tal precisão de puxar a brasa para sua sardinha. Ou, uma hipótese que vale a pena considerar, estamos diante de um caso de falsa magreza? Examinemos, com uma lupa, esses mamíferos mais de perto.
O Estado brasileiro mantém um arrocho em todas as frentes, diz que corta na própria carne. Muita gente tem sentido na carne a navalha do Estado. Há um exército, por assim dizer, de funcionários mutilados pela guerra do superávit fiscal, por um lado, e pela fome leonina do fisco, por outro. Mas aqui se trata de outra gente, os chamados "pés de cachorro", ou, para usar o prefixo da moda, neobarnabés. Falo, evidentemente, dos funcionários públicos.
Esses pés de cachorro, entre os quais modestamente me incluo, estão há muito tempo com os chamados "salários defasados". Ou seja, ganhando uma percentagem irrisória do que ganha seu confrade americano, alemão ou suíço. De certo a comparação pode parecer descabida. Quem não vê isso? Se o americano ganha x, e aqui, realizando a mesma função, ganhamos ¼ desse valor, isso não apresenta um problema nem para a matemática financeira nem para coisa nenhuma. Parecem parâmetros normais, já que, independente da saúde atual do Estado, vivemos num país periférico, subdesenvolvido etc. etc. Ninguém em sã consciência pretenderia, por exemplo, que um professor universitário brasileiro ganhasse o mesmo que seu confrade americano. É a ditadura dos fatos e contra a força dos fatos não há argumento. Seria ilógico. Até mesmo absurdo.
Como um neobarnabé poderia almejar sobrepor-se ao arrocho financeiro do Estado? Portanto, liminarmente, está fora de cogitação pensar nisso. Só a um louco ocorreria insistir nessa direção. Mas, se pensar é livre, podemos dar rédeas soltas à imaginação, adentrar nos domínios da completa insanidade e perguntar o que seria se um desses pés-rapados pretendesse ganhar mais que seu similar americano. Digamos que, apenas para manter o fio de prumo da demência, ele pensasse em 79% a mais. Certamente, o nosso beltrano, seja ele professor, médico, engenheiro, advogado ou qualquer outro profissional, estaria no mundo da lua, e isso já bastaria para uma comissão de inquérito recomendar o seu arquivamento em uma aposentadoria compulsória.
Mas, se falamos em fatos, penso que é preciso perguntar se louco seria ele ou se loucos somos nós, os que assistem calados os bate-bocas e desafios de botequim entre os poderes. Digo isso porque acabo de lembrar de uma matéria lida não faz muito tempo. Cito aqui a parte principal:
"Dados oficiais do governo norte-americano cruzados com os brasileiros mostram que o salário da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, é 79% maior do que o do seu par nos Estados Unidos, o chefe da Suprema Corte. A comparação foi feita pelo economista gaúcho Júlio Brunet, da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, a partir dos valores informados no site do US Department of Labor – o Ministério do Trabalho dos EUA. Em 2005, de acordo com as

estatísticas americanas, o chefe da Suprema Corte recebeu uma remuneração anual de US$ 205,1 mil. No Brasil, o salário básico da ministra Ellen Gracie vale US$ 296,6 mil (ou R$ 326,6 mil convertidos pela paridade do poder do real em relação ao dólar). Com o aumento de 5% previsto para o próximo dia 1º de janeiro e a criação do jetom de R$ 5.865 pela participação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ellen passará a receber uma remuneração de US$ 367,5 mil (ou R$ 404,7 mil anuais) – sem contar outras vantagens, como auxílio-moradia e alimentação".

("Chefe do STF ganha 79% mais que equivalente nos EUA", Agência Estado, 27.11.2006)

Como isso é possível? Não acabamos de ver, dois parágrafos atrás, que seria absurdo e liminarmente insano cogitar essa possibilidade? Como em um país em que seria demência imaginar que um médico do Estado ganhe algo comparável ao que ganha um médico público nos EUA, admitamos que os poderes se locupletem de tal maneira com o dinheiro do Estado? Não seria o caso, como ensina um ditado antigo hoje em desuso, de colocar dente de ouro em boca de cachorro? Ou melhor, uma dentadura inteira de ouro? Nenhum argumento pode legitimar essa brutal inversão e explicar como uma parcela do Estado merece benefícios tão escandalosos. Bem, dirão os renitentes, trata-se de uma posição de alta hierarquia e, além do mais, a Justiça requer imparcialidade. Ora, bastaria considerar o descalabro que é a administração da justiça no país para concluir que há algo errado. E, quanto à dignidade do posto, é suficiente constatar que a mesma posição nos EUA remunera com muito menos para obter muito mais, como vimos. Mas se, provavelmente, temos no topo do Judiciário os maiores salários do mundo, não era de se esperar aqui a melhor Justiça do mundo?

Assistimos incrédulos, no final de 2006, à escalada voraz dos poderes em busca de aumentos substantivos. Em novembro, vimos o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) criar o jetom dos conselheiros, que aumentaria o salário de seus integrantes de R$ 23.275 para R$ 28.861. A medida foi vetada pelo presidente Lula. Em seguida, no início de dezembro, o CNMP aprovou a equiparação do teto salarial dos integrantes dos Ministérios Públicos estaduais ao valor máximo recebido pelos ministros do STF, que faria seus vencimentos passarem de R$ 22.111 para R$ 24.500. Isto motivou um questionamento no STF, e os resultados são conhecidos. Por fim, no apagar das luzes, o Congresso Nacional fez ouvir o seu brado retumbante com deputados e senadores elevando seus parcos proventos mensais de R$ 12,8 mil para R$ 24,6 mil. Nesse caso também, deu-se a contestação no STF.

Foi, sobretudo, a pressão da opinião pública, criando enorme constrangimento para essas reivindicações de supervencimentos, que fez com que fossem engavetados sine data os sonhos de robustecer ainda mais os próprios salários. Contudo, agora retornam os rumores e os ressentimentos. Como se estivéssemos em uma altercação de briga de rua, vimos a proposta de congelar os ganhos do STF, lançada por Aldo Rebelo ao fim de sua campanha pela reeleição, à qual respondeu Fernando Mattos, então presidente em exercício da Associação dos Juízes Federais, sugerindo a divulgação dos valores dos contracheques dos congressistas. Agora, é o presidente do TSE que lança um desafio ao Congresso, e se prontifica a largar o cargo se não sair vitorioso.

O que está acontecendo? Qual a raiz dessa crise entre os poderes? O fato é que a opinião pública amadureceu bastante nas duas décadas de retorno à ordem democrática no Brasil. A maioria silenciosa tem aberto a boca e dito em alto e bom som o que pensa. Qualquer um pode verificar com os próprios olhos o manifesto "Não ao aumento de 90,7%", que está na internet e alcançou 117.873 assinaturas e milhares de comentários indignados (confira). Do mesmo modo, os comentários nos sites e blogs durante o mês de dezembro mostram a irritação com que milhares de internautas repudiaram as pretensões salariais dos altos poderes. A resposta do STF derrubando o aumento auto-presenteado pelo Congresso foi uma resposta à opinião pública. Nada de anormal em um regime democrático, mesmo que sua democracia seja muito esquálida.

Mas a situação é delicada, uma vez que estamos numa cidade de telhados de vidro. Portanto, não tendo como voltar-se contra a opinião pública, o Congresso virou-se contra o STF. "Se podem eles, por que não podemos nós?", pergunta-se na sua melhor boa fé parte do Congresso. E é isso que explica a atual "crise" dos vencimentos, ou melhor, dos supersalários.

A democratização do país, por pouco que tenha avançado, tem diluído as velhas legitimidades oligárquicas que, no passado, garantiam tranqüilidade aos supersalários. Hoje, parcela muito expressiva dos funcionários públicos ingressaram no Estado por concurso público, e não mais pelo tradicional método que consistia em "entrar pela janela". À medida em que diminui a dependência entre o funcionário e os mandarins dos altos cargos, aumenta a percepção do quão aberrantes são os megasalários na administração pública. A manutenção de um oneroso aparato hierárquico no Estado brasileiro – considere-se a relação entre os supersalários e o déficit da Previdência – é uma excrescência supérflua e nefasta. Supérflua, porque o Brasil não é mais aquele "país dos bacharéis" em que estes, em maioria oligarcas, forjaram a supremacia social sem o ônus do trabalho. Nefasta, porque a massa do funcionalismo público não deixa, diante dessa dessimetria gritante, de se sentir

lesada e, como é natural, de buscar uma compensação por meio da redução do ritmo e da qualidade dos serviços que realizam.
Penso que é chegada a hora de um grande movimento da sociedade brasileira em torno desta questão, que está entre as mais sinistras da história brasileira. Seria preciso uma iniciativa coletiva em sentido amplo, que se insurgisse contra a existência desses salários absurdos que humilham a maioria da população brasileira, obrigada a viver com um salário mínimo ou menos. É necessário que se imponha a redução substancial desses salários que superam os equivalentes de mesmo cargo e função nos países centrais. Até que nos provem que temos a melhor Justiça do mundo, a melhor política do mundo, a melhor administração pública do mundo, esses mentores de superaumentos devem se contentar em receber o que, em média, recebe o professor universitário, o médico, o engenheiro ou o biólogo que exercem funções públicas. Parece-me que sem um decisivo movimento da sociedade civil, capaz de reunir um vasto espectro de organizações empenhadas no aprofundamento da democracia no país, assistiremos ainda por muito tempo esse tipo de bate-boca que a imprensa tem noticiado nos últimos dias, diante do que não podemos deixar de nos envergonhar. Com a vergonha que, como dizia Hegel, sentimos não por nós, mas pela desfaçatez com que terceiros representam atos lamentáveis diante de nossos narizes.* Doutor em Filosofia pela UFRJ, Bajonas Teixeira de Brito Júnior é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Publicou os livros Lógica do disparate (2001) e Método e delírio (2003), e coordena a revista eletrônica www.revistahumanas.inf.br.

CONFIRA A DISTRIBUIÇÃO DAS COMISSÕES NA CÂMARA

A reunião de líderes que definiria os nomes dos presidentes das comissões da Câmara dos Deputados ainda não aconteceu. No entanto, já se sabe como foram repartidas as comissões entre os partidos.
O PT, o PSDB e o PMDB vão presidir, cada um, três comissões. Logo após, vêm o PP e o PSB, com duas presidências de comissões cada. O PTB, PPS, PSL, PR, PSC, PDT e PFL vão presidir apenas uma comissão, cada um. Leia mais sobre a disputa pelas comissões

Confira como ficou a distribuição das comissões

PT – Desenvolvimento Urbano, Direitos Humanos e Finanças e Tributação
PSDB – Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Segurança Pública
PMDB – Constituição e Justiça, Educação e Transporte
PP – Fiscalização Financeira e Minas e Energia
PSB – Turismo e Amazônia
PTB – Trabalho
PPS – Defesa do Consumidor
PSL – Agricultura
PR – Desenvolvimento Econômico
PSC – Legislação Participativa
PDT – Relações Exteriores
PFL – Seguridade Social
(Ricardo Taffner e Rodolfo Torres)
ATUALIZADA EM:09/02/2007

NOTÍCIAS CNJ - 08/02/2007

TRABALHISTAS INICIAM DISCUSSÃO SOBRE PROCESSO VIRTUAL

As decisões foram tomadas nesta quinta-feira (08/02), no 1º Encontro sobre Processo Virtual na Justiça do Trabalho, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo TRT da 10ª Região (DF e TO), em Brasília. Participaram do evento representantes de todos os 24 tribunais do trabalho do país.
Os TRTs e o TST já vêm trabalhando num sistema de processo virtual, batizado de Sistema Único de Acompanhamento Processual (Suap). Uma das possibilidades de encaminhamento é fazer uma fusão dos dois sistemas, de maneira a otimizar o uso dos recursos. O Suap seria desenvolvido por uma fábrica de software, enquanto que o sistema de processo virtual do CNJ foi desenvolvido em

software livre por técnicos do próprio Conselho, podendo ser adaptado às necessidades da Justiça do Trabalho e ser repassado aos tribunais sem qualquer custo.
Na abertura do evento, na manhã desta quinta-feira, o conselheiro Douglas Rodrigues disse que a Justiça do Trabalho dá um importante passo no sentido de combater a crítica de que a justiça brasileira é formada por ilhas que não se comunicam entre si, com o início do trabalho de adoção do sistema de processo virtual.
Segundo a presidente do TRT 10, Flávia Falcão, a transição implica também em uma mudança de "processo mental", que, segundo ela, "é mais difícil que a mudança de uma ferramenta de trabalho". O presidente do TRT da 21ª Região (RN), Eridson Medeiros, disse que o processo virtual tem mais a ver com a Justiça do Trabalho do que com qualquer outro segmento do Judiciário. "Não há nada mais parecido conosco", disse

EM CINCO ANOS, TODA A JUSTIÇA ESTARÁ INFORMATIZADA

O anúncio foi feito por Tejada no 1º Encontro Sobre Processo Virtual da Justiça do Trabalho, que se realiza em Brasília nesta quinta-feira (08/12). O evento é organizado pelo CNJ em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO). Participam juízes e técnicos em informática de todos os TRTs brasileiros.
Segundo o secretário-geral, a informatização visa reduzir ao máximo a morosidade da tramitação processual. Tejada informou que levantamento feito pelo STF apontou que 70% do tempo do processo é consumido com o que se chama de "tempo neutro". Ou seja, o tempo perdido com atos burocráticos como carimbar, classificar, transportar, armazenar, distribuir. Com o uso do processo virtual, todos estes atos são automatizados, sem consumir tempo.
A Justiça do Trabalho, uma das áreas de maior demanda de processos do Poder Judiciário, a exemplo do que está acontecendo com os outros setores, ao informatizar seus tribunais, visa dar maior transparência e agilidade à tramitação dos milhares de processos que recebe diariamente.

"É PRECISO AMPLIAR O ACESSO À JUSTIÇA"

Alexandre de Moraes - Membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - **Entrevista concedida ao repórter Wallace Nunes**

As questões traumáticas já foram tratadas e dentro de cinco anos os processos judiciais serão mais celeres. A afirmação é do jovem membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Alexandre de Moares.
Ex-secretário de Justiça de São Paulo, o conselheiro, cujo mandato se encerra no dia 14 de junho, ressalta que era importante o Conselho se firmar logo nos primeiros dias de sua existência e mostrar para a sociedade e também para os membros da Justiça que o órgão de controle externo do Judiciário é permanente e que veio para ficar.

Gazeta Mercantil - O senhor poderia fazer um balanço geral da criação do conselho?
Alexandre de Moraes - Eu separo esse primeiro mandato em várias etapas. Inicialmente a posição de firmamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Era importante o Conselho se firmar, no primeiro trimestre, e mostrar não apenas para a sociedade, mas também para os membros do Poder Judiciário que é um órgão permanente que veio para ficar. Após se formatar em sua estrutura o Conselho fez uma pauta de assuntos importantes sem, obviamente, achar que em dois anos de mandato resolveríamos os problemas do Judiciário. Historicamente, todo órgão novo tem dificuldade de se colocar. No Judiciário isso acontece com mais dificuldade ainda porque é um poder mais tradicional e avesso a mudanças.

GZM - E quais seriam os argumentos para que o CNJ pudesse expressar essa posição?
Moraes - O CNJ precisava mostrar que veio realmente para exercer sua função constitucional. Logo no primeiro dia de posse, em 14 de junho, houve sessão, e no dia 15 mostramos que o CNJ não era um órgão honorífico. Apagamos dois problemas perigosos. O primeiro foi à idéia de que o Conselho ia centralizar e administrar os 97 tribunais do País. Já o segundo era a questão do tempo. Em dois anos de mandato não poderíamos resolver tudo de uma só vez. Isso seria uma megalomania.

GZM - E após a descoberta das diretrizes, quais foram os problemas solucionados de início?
Moraes - Atacamos os problemas clássicos do Judiciário que já estão se transformando em crônicos. Discutimos a questão das férias coletivas, depois equacionamento da promoção dos juizes, ou seja

o nepotismo. Nós tínhamos promoções em vários locais totalmente aleatórias. Estabelecemos uma norma transparente de promoção do juiz por merecimento, assim como a promoção para o Desembargador. Isso refletiu muito em todos os tribunais estaduais, tanto que tivemos que anular várias promoções. Ainda há resistências, mas a magistratura em peso, principalmente, a Primeira Instância, considera essa medida como uma das mais importantes que Conselho tomara até agora.

GZM - E o que os juizes acharam?
Moraes - Eles (os juizes de primeira instância) consideram uma carta de alforria da Primeira Instância que não precisa mais ficar fazendo ou pedindo favores ou beijando a mão da Segunda Instância. Agora as nomeações são por critérios de mérito.

GZM - E o nepotismo?
Moraes - O nepotismo foi um dos grandes problemas que tivemos que resolver. Obviamente que houve uma reação, pois foi uma medida traumática para vários tribunais. Entretanto, o Conselho teve uma postura rígida e rápida. Foi polêmico e ganhou repercussão na mídia porque criou-se a idéia de que o Conselho estaria legislando para acabar com o nepotismo. Essa polêmica ganhou força quando editamos a resolução 7. Mas em nenhum momento foi idéia nossa legislar. O que fizemos foi pegar uma competência constitucional. A Constituição Federal determina que o CNJ deve fazer valer para o Judiciário o princípio da legalidade, moralidade, eficiência e todos os dispositivos do artigo 37. E com base nisso, proibimos o nepotismo.

GZM - E como ficou?
Moraes - Aplicamos os princípios constitucionais e pegamos um parâmetro que o Congresso Nacional havia estipulado para os tribunais federais. Utilizamos a definição do nepotismo exatamente como que está na lei federal. Nós interpretamos a Constituição e estendemos a vedação aos parentes e afins até terceiro grau. Não inventamos, não legislamos. Mas gerou uma celeuma muito grande e acabou caindo no Supremo. Para o CNJ foi muito bom. O Supremo deu um passo adiante que o Conselho ainda não havia dado e reconheceu o poder normativo primário do CNJ. O nepotismo não afetou nenhum juiz de primeira instância. Eles não nomeavam parentes. A partir de então, trabalhamos e verificamos quase 3000 casos de nepotismo. Fizemos a analise de caso por caso, desconstituímos a nomeação, porque não poderíamos editar uma norma geral para vedar.

GZM - Sem palavra final do Supremo Tribunal Federal de nada valeria a decisão do CNJ?
Moraes - Costumo brincar que o acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade, cujo relator foi o ministro Cesar Peluzzo, onde a AMB contestava os poderes do CNJ, foi a nossa certidão de nascimento. E o acórdão ADN 12, onde o relator foi o ministro Carlos Brito, é a nossa certidão de batismo. Não adiantaria nada o Conselho existir se o Supremo tivesse diminuído as competências nas decisões.

GZM - Há mais questões?
Moraes - Outro ponto importante de discussão foi à questão dos órgãos especiais dos tribunais. A emenda 45 da Constituição deu um recado muito claro para os tribunais, a democratização interna. A idéia foi clara de participação de todos os desembargadores. Agora são escolhidos presidente, vice e o corregedor e metade do órgão especial, que até então era eleito por antigüidade.

GZM - Há também algum outro ponto que o Conselho atuou com firmeza?
Moraes - Sim. A questão da vedação dos juízes. É uma celeuma muito grande que o Supremo ainda não se definiu sobre o que o juiz pode ou não fazer além da magistratura. O Conselho decidiu que o magistrado não deve se envolver, com base na Lomam, em nenhum cargo de direção de entidades fora da magistratura.

GZM - Outro ponto traumático que precisava ser solucionado era a questão do teto salarial. Como ficou?
Moraes - Desde 1998, a emenda 19 vem enrolando e o Conselho com menos de dois anos de existência vai resolver a questão do teto salarial não apenas para o Judiciário. Agora ninguém nos Estados vai ganhar mais que um desembargador. Ninguém na União vai ganhar mais que um ministro do Supremo. Aquele que estiver desrespeitando o teto pode sofrer sanções. Na área administrativa, na área penal, ação por improbridade administrativa são as fórmulas que usaremos para combater. Com críticas ou não o Conselho vai resolver a questão do teto. Esse era o último ponto da questão traumática.

GZM - Os tribunais ainda estão relutantes em acatar a medida. Como o senhor vê isso?

Moraes - É importante salientar que só 2% dos 97 tribunais estão acima do teto. Falaram várias vezes em caixa preta do Judiciário, salários de R$ 50 mil, R$ 60 mil. O maior salário que verificamos foi de uma pensionista de São Paulo e tinha quinqüênios, pois ele tinha 45 anos de serviço publico.

GZM - Apenas isso?
Moraes - Acho importante o Conselho ter feito um panorama, pois ninguém tinha tido acesso aos contra-cheques do Judiciário. O judiciário tem planilhado todo o teto salarial. O CNJ sabe quanto ganha cada um de seus juízes e seus servidores. Para corrigir as distorções e analisar planos de cargos e salários foi preciso fazer isso.

GZM - E a questão da insegurança jurídica?
Moraes - A falta de celeridade nos processos gera insegurança jurídica que é gigante. Também gera a possibilidade de decisões conflitantes, e isso tem uma repercussão não apenas social, mas econômica também. As três frentes que estamos atuando é tentar diminuir a entrada de processos. Vou tentar ser específico para que não seja entendido de forma errada. Ao mesmo tempo em que estamos querendo ampliar o acesso ao Judiciário, fortalecendo os juizados especiais, as Defensorias Públicas, nós queremos diminuir o número de processos que chegam ao Judiciário. Queremos ampliar o acesso à população para que possa levar os grandes problemas ao Judiciário, pois há certas coisas não tão relevantes que não precisam chegar ao Judiciário. A prova disso foi um grande projeto da ministra Hellen (Gracie), o Dia Nacional da Conciliação. Foram 80 mil audiências no dia 8 de dezembro, dia da Justiça, com 55 mil acordos e agora os tribunais continuam fazendo. É preciso ampliar o acesso à Justiça, pois hoje apenas 20% entram com ações.

GZM - Isso não é um numero muito baixo?
Moraes - Sim , é muito baixo e temos que ampliar porque do contrário vamos criar cidadão que tem acesso e outros que não tem. Da mesma forma que queremos ampliar não podemos levar para o Judiciário sem relevância.

GZM - Isso pode vir a estimular questões semelhantes, como a arbitragem?
Moraes - Eu separo a conciliação da arbitragem. A arbitragem trata de questões mais econômicas e a mediação (conciliação) tem vários outros tópicos, mas esse incentivo pode gerar as duas coisas. Nós temos que aliviar o judiciário para coisas importantes. Desta maneira a mediação e arbitragem são coisas importantes. Ao mesmo tempo o conselho atuou e, nessa mediação eu faço parte com o conselheiro Paulo Schimitt. A comissão de implementação da emenda 45. Nós atuamos junto ao congresso e ao ministério das justiça para acelerar a aprovação das leis que acabaram saindo. A questão da sumula vinculantes , dos autos virtuais e da repercussão geral. Porque isso também vai desafogar o judiciário. Tem muita gente que é contra , mas foi aprovado pelo congresso e isso vai auxiliar e garantir uma igualdade de direitos. Exemplo, casos como o do INSS. Não é todo mundo que consegue contratar um advogado para ir brigar pelo reajuste do beneficio. Agora, se o supremo editar uma sumula sobre isso o INSS tem que cumprir, se não cumprir a pessoa pode diretamente fazer uma reclamação. Então isso vai acelerar muito. O conselho também acaba sendo pouco divulgado.

GZM - Porque não é divulgado ? Há falta de contato direto com a mídia?
Moraes - Eu acho que são dois problemas. A pauta do CNJ para mídia são as grandes questões. Nepotismo, teto salarial , punição de juizes e acabas às vezes se perdendo a importância da coordenação, que é mais trabalhosa, que não são medidas de impacto, mas que dão resultado muito mais importante, então esse é o problema. Mas creio que o outro problema é identificação do CNJ . Pois o CNJ fica num meio termo, ele é um órgão administrativo, mas na verdade faz parte do poder judiciário. Tem 15 membros e 9 são do poder judiciário. Existe por parte do judiciário sempre uma reserva em relação ao que vai ser divulgado à imprensa. É natural. Na parte em que o conselho atua administrativamente nos julgamentos dos processos, os conselheiros não podem dar entrevista, não podem adiantar o que vão fazer e isso acaba realmente atrapalhando a divulgação da outra parte das comissões, da coordenação que o conselho vem realizando. Então junta a pauta da imprensa que é pelas medidas mais urgentes, mas impactantes com essa natureza híbrida do conselho, que ao mesmo tempo julga, mas também faz o papel de administrador coordenando.... E isso, estamos tentando concertar.

GZM - Sobre a questão do dialogo entre os Três Poderes, o senhor está sendo o elo de ligação?
Moraes - Acho que uma das grandes funções que o CNJ está realizado e tem que melhorar e intensificar é ser o representante do Poder Judiciário na interlocução com o Legislativo e com o

Executivo. Esse entendimento pode ser, basicamente, via Ministério da Justiça, no caso do Executivo, e com o Congresso, para o Legislativo.

GZM - Muitos têm dito que o CNJ não está preparado para enfrentar questões importantes como a Reforma do Judiciário. Como o senhor entende isso?
Moraes - Sobre a reforma, a pauta de confronto vai se encerrar agora com a finalização da questão do teto salarial. O Conselho vai continuar a exercer a função de revisor das funções administrativas e sua função disciplinar. Não concordo com a afirmação de que o CNJ não esteja preparado para resolver questões importantes. Consideramos muitas questões importantes como lhe disse e entendo a resignação de alguns tribunais. Até a criação do Conselho não havia um controle administrativo sobre os tribunais. Havia sim um controle sobre os juizes exercido pelos tribunais, mas não existia um controle sobre os tribunais. Para se ter uma idéia, mandado de segurança, contrato administrativo do tribunal era para o próprio tribunal. Se o tribunal tinha um problema como licitação, com eleição do seu presidente o mandato de segurança era do próprio tribunal. Então aqueles que decidiram administrativamente as vezes protelavam essa decisão em dois, três até quatro anos quando não tivesse mais o porquê de se alterar.

GZM - Hoje o controle vem sendo exercido como?
Moraes - Via procedimento de controle administrativo no Conselho. Agora o CNJ tem uma função, gostem ou não, constitucional de garantir a legalidade, a moralidade e a eficiência desses tribunais. Isso o Conselho pretende fazer de uma forma de coordenação com os tribunais. E se não for possível o Conselho tem a função de decidir.

GZM - Isso não seria uma ingerência?
Moraes - Ressalto que o Conselho não tem nenhuma intenção de se meter na vida dos tribunais, mas sim zelar para que a administração dos mesmos siga os princípios constitucionais. Todos criticam exatamente porque foram atacados de início os pontos nevrálgicos. Foi até um risco que o Conselho assumiu deliberadamente. Houve uma reação e foi muito grande. Mesmo agora, em relação ao teto, a reação está sendo muito grande. Só que existem regras do jogo. Os que não concordarem, a Constituição garante que as decisões do Conselho cabem ações no Supremo, que vai analisar se o CNJ estrapolou ou não. O que o CNJ não vai, de forma alguma, é deixar exercer suas competências. Porque um órgão que não exerce suas competências não merece continuar existindo. Creio que as criticas são muito apaixonadas.

GZM - Todos os tribunais aceitaram as decisões?
Moraes - Nesse 1,7 ano de existência o Conselho, em momento algum, propôs substituição do presidente de um tribunal. Não é nossa função. Nossa função é de planejamento das grandes questões. Montamos uma comissão, a partir de um procedimento administrativo para estabelecer uma tabela e requisitos para os tribunais. Por exemplo, processo com mais de 10 anos o tribunal tem que julgar em 60 dias. Processos de 5 a 10 anos têm que ser julgado em 90 dias. Temos que fixar um prazo de dois, três anos para acabar com o passivo. Não é possível que uma ação demore 10 anos para ser julgada, tem que julgar mais rápido.

Mas não há poucos juizes?
Moraes - Temos que analisar caso a caso. Esse papel o CNJ vai fazer. Não vai só cobrar, mas sim aceitar as explicações e edificar a razoabilidade dos fatos. Agora, não é preciso aumentar o número de juízes, basta criar turmas especializadas.

GZM - Como fica a questão da celeridade dos processos?
Moraes - Até abril nós deveremos editar uma resolução sobre celeridade para até o final do mandato dos conselheiros, que termina em 14 de junho, nós termos algo concreto em relação a morosidade.

GZM - O senhor acredita que dá tempo?
Moraes - Sim. A partir do momento que os fatos forem equacionados e a resolução for dada, os tribunais terão que enviar os relatórios. Lógico que a execução disso vai ficar para o próximo mandato, mas já está se plantando não apenas a idéia, mas sim a normatização da questão da celeridade. Nós estamos ouvindo todos os tribunais. Queremos fazer algo em conjunto, porque a maioria dos membros do Judiciário sabe onde está o problema. Entendo também que todos querem melhorar, mas faltava um órgão de coordenação. Então, todos estão percebendo que o Conselho não veio para tomar espaço. Veio para ocupar um espaço que não existia.

GZM - Voltando na questão da reforma do judiciário.

Moraes - Alguns críticos acham que toda reforma do judiciário é atribuição do Conselho e isso é um erro. O CNJ tem uma parte de responsabilidade, mas tudo que for matéria jurisdicional não é da relevância do Conselho.

GZM - A reforma depende basicamente do que?
Moraes - Depende do novo estatuto da magistratura. Isso não é função do Conselho. O CNJ apresentou, em julho do ano passado, sugestões de mudanças do estatuto ao Supremo. A questão está tramitando há 12 anos no Congresso e o STF retirou da pauta, pois hoje é uma outra composição. Daquela composição que enviou o estatuto da magistratura hoje só os ministros Sepulvida Pertence e Celso de Mello pertencem aos quadros. O STF retirou, e de forma correta, para reavaliar o estatuto. Até porque em 13 anos muda muita coisa.

GZM - Muito se fala da informatização do Judiciário. Em que ponto está?
Moraes - A questão dos autos virtuais, que fala da celeridade dos processos na reforma, a própria presidente Ellen Graice foi varias vezes ao Congresso afim de garantir a aprovação da questão no final do ano passado e agora vai instalar. A tendência é de que tudo esteja pronto até o meio deste ano. Num primeiro momento será papel e virtual e em abril ser tudo virtual, nada de papel.

GZM - É o que vem acontecendo nas varas federais?
Moraes - Sim, nas varas previdenciárias. Nada de papel. São três estados vão começar planos pilotos de autos virtuais, mas até o final do ano dos 26 estados e Distrito Federal, pelo menos 17 terão a possibilidade de implantar os autos virtuais. O CNJ está realizando a padronização. Mas se cobra muito do Conselho. Essa cobrança é inócua. Temos pouco mais de um 1,5 ano e a estrutura do Conselho é extremamente minguada. Ainda não temos corpo próprio de funcionários, os funcionários são cedidos pelo Supremo .

GZM - E quando haverá contratação de pessoal?
Moraes - Agora foi aprovada a lei para admissão de pessoal do Conselho. Atualmente, há 40 servidores e a ministra deve lançar o edital para abertura de concursos e nomeando os que podem ser nomeados. Mas a partir do meio do ano o Conselho terá uma atuação maior.

TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO – 09/02/2007

IVES GANDRA Fº FALA SOBRE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA NA GLOBONEWS

A informatização do Judiciário e a adoção de mecanismos como a súmula vinculante para reduzir o número de recursos são os temas tratados pelo ministro Ives Gandra Martins da Silva Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, no programa Espaço Aberto, da Globo News, que irá ao ar hoje (8), às 21h30. O programa é conduzido pelo jornalista Alexandre Garcia e terá ainda a participação do professor Estêvão Mallet, da Faculdade de Direito da USP. Segundo Garcia, a proposta é discutir as medidas que podem garantir ao País a segurança jurídica necessária ao crescimento, condição para atrair e incentivar investidores.
O ministro Ives Gandra Filho observa que a legislação brasileira reflete os conflitos de interesses existentes no Congresso Nacional, e por isso têm redação ambígua, restando ao Poder Judiciário a tarefa de interpretá-la. A interpretação, porém, precisa ser unívoca, coerente, entre todos os graus de jurisdição e todos os ramos do Judiciário, para garantir a segurança. “Muitas vezes, a incongruência tem efeitos mais nocivos do que a injustiça”, afirma.
Nesse quadro, o ministro defende a adoção da súmula vinculante como instrumento de racionalização do sistema recursal, e acredita que ela promoverá a democratização do acesso às decisões dos Tribunais Superiores. “Hoje, a parte sabe que vai ganhar, mas tem que passar por todas as instâncias recursais – e muitas vezes sequer chega a usufruir da decisão que a beneficia”, assinala, lembrando que não são raros, no próprio TST, ações em que figura como parte o espólio do trabalhador.
Sobre a informatização, tanto o ministro do TST quanto Estêvão Mallet lembram o papel pioneiro do Judiciário Trabalhista na implantação de equipamentos, sistemas e programas que resultarão na digitalização do processo. Mallet afirma que “é preciso fazer justiça à Justiça do Trabalho, pioneira na adoção de novas práticas, que, apesar da carga sobre-humana de processos, consegue solucioná-los em prazos aceitáveis”. O ministro Ives Gandra Filho encerrou o programa

homenageando o ministro Ronaldo Lopes Leal, que hoje completa 70 anos, pelos avanços na área de informática realizados em sua gestão como presidente do TST, encerrada ontem.
O programa Espaço Aberto com Alexandre Garcia vai ao ar hoje (8), às 21h30, no canal de TV a cabo Globonews, com exibições alternativas no sábado à 01h30, 08h30 e 15h30, e domingo às 6h05

TST RECONHECE LEGITIMIDADE PROCESSUAL AMPLA DE SINDICATO

A prerrogativa constitucional que autoriza os sindicatos a representar processualmente, de forma ampla, sua respectiva categoria foi confirmada pela Seção Especializada em Dissídios Individuais – 1 (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho. Em julgamento relatado pelo ministro Vantuil Abdala, deferiu-se embargos em recurso de revista ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Araraquara (SP). A decisão garantiu à entidade sindical a tramitação de causa movida contra o Banco Itaú S/A envolvendo diferenças salariais.
O posicionamento adotado pela SDI-1 resultou em reforma de decisão anterior da Quarta Turma do TST, que considerou o Sindicato dos Bancários de Araraquara parte ilegítima para propor o referido processo. Foi negado recurso de revista sob o entendimento que a substituição processual por parte do sindicato estaria restrita à representação de seus associados.
Em embargos em recurso de revista, o sindicato alegou, na SDI-1, possuir legitimidade para ajuizar ação coletiva que envolva a discussão sobre direitos individuais homogêneos, entendidos como aqueles provenientes de origem comum (decorrência de um mesmo fato). No caso concreto, foram reivindicadas diferenças salariais advindas da URP de fevereiro de 1989.
Apoiado em manifestação do STF sobre o tema em exame, Vantuil Abdala reconheceu a prerrogativa sindical. "O artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal confere aos sindicatos legitimação plena para defender os interesses coletivos e individuais da categoria que representa, de acordo com o Supremo Tribunal Federal", afirmou o relator dos embargos.
O direito do sindicato de postular em juízo foi confirmado diante da natureza da reivindicação. "Resta claro que o interesse tutelado é individual homogêneo, já que a origem – o não pagamento da referida diferença salarial – é comum aos substituídos", constatou Vantuil Abdala.
"Assim, verificada a existência de interesse individual homogêneo, é forçoso reconhecer a legitimidade do sindicato para propor a presente ação coletiva, como substituto processual, em observância ao artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal", concluiu, ao prover os embargos.
Com o julgamento, os autos retornarão à primeira instância trabalhista em Araraquara, a fim de que seja examinada a causa e proferida decisão sobre o direito ou não dos trabalhadores substituídos às diferenças salariais postuladas pelo sindicato. (ERR 36903/1991.8)

CONSULTOR JURÍDICO – 08/02/2007

VITÓRIA DA PREVIDÊNCIA - PENSÃO INTEGRAL POR MORTE SÓ DEPOIS DE 1995, DECIDE STF

O Supremo Tribunal Federal decidiu por sete votos a quatro dar um alívio para a Previdência Social impedindo que pensões concedidas antes de 1995 cheguem a 100% do salário benefício do segurado morto. "Isso nos tira uma grande preocupação com este possível esqueleto que vinha rondando as contas do INSS", afirmou o ministro da Previdência, Nelson Machado, presente na sessão desta quinta-feira (8/2) no STF.
De acordo com o Ministério da Previdência Social, caso o Supremo tivesse votado a favor dos pensionistas, a estimativa de impacto imediato era de R$ 8 bilhões e de R$ 40 bilhões para pagamentos futuros. Seguindo o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, a maioria dos ministros entendeu que efeitos da Lei 9.032/95, que alterou o salário mínimo e o valor da pensão por morte, não poderiam retroagir para serem aplicados a pensões concedidas antes da vigência desta lei.
Sete ministros acolheram os Recursos Extraordinários apresentados pelo INSS: Gilmar Mendes (relator), Ricardo Lewandowski, Carmén Lúcia, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio, Celso de Mello e Ellen Gracie. Ficaram vencidos os ministros Eros Grau, Ayres Britto, Cezar Peluso e Sepúlveda Pertence.
"A lei que implicou a majoração das pensões versou a apanhar situações pretéritas? A resposta é negativa", afirmou o ministro Marco Aurélio, que votou com a maioria. "A majoração chegando-se a 100% diz respeito a situações jurídicas constituídas após a lei não havendo eficácia retroativa, o que contraria a rigidez da carta da República e significa um retrocesso", disse, ainda, o ministro.

Os ministros apreciavam dois recursos extraordinários, leading cases, cujo resultado norteará os futuros julgamentos sobre o caso e seria aplicado imediatamente a outros 4.909 processos. Como a sessão desta tarde se estendeu por mais de três horas, a presidente da Corte, ministra Ellen Gracie resolveu deixar para amanhã o julgamento em bloco.
O julgamento desses recursos foi interrompido no ano passado por um pedido de vista do ministro Carlos Ayres Britto, que hoje trouxe voto longo acompanhando a divergência aberta anteriormente pelo ministro Eros Grau.
Para a divergência não há ofensa ou violação ao ato jurídico perfeito. Também argumentou a divergência que estão previstas fontes de custeio para tal ajuste. “Não há nenhuma dúvida de que o legislador se preocupou e observou o artigo 195 da Constituição, encontrando e enumerando as fontes de custeio”, afirmou o ministro Cezar Peluso. Ele fez coro ao ministro Britto: “O silêncio da lei só pode significar tratamento isonômico a todos os beneficiários do sistema previdenciário”.
A pensão por morte é uma forte candidata a ganhar, no futuro, uma súmula vinculante. Para edição de súmula é preciso um entendimento pacífico sobre o tema, que já tenha sido julgado inúmeras vezes.

Margem da lei - Podem receber a pensão por morte o marido ou mulher do pensionista morto, bem como seu dependente até 21 anos de idade ou sem limite de idade, se for incapaz. Os pais também têm direito à pensão por morte se forem dependentes do morto e o irmão menor de 21 anos ou inválido.
A enxurrada de ações na Justiça começou alguns anos depois de aprovada a Lei 9.032/95 que alterou o salário mínimo e o valor da pensão por morte. Depois da lei o valor passou a ser de 100% do salário de benefício, calculado na média aritmética dos 36 últimos salários de contribuição corrigidos monetariamente.
Com nova alteração vinda na Lei 9.528/97, o valor das pensões por morte passou a ser de 100% sobre a aposentadoria e os pensionistas passaram a receber exatamente o mesmo valor que o segurado recebia. Antes das alterações legislativas o valor das pensões era de 80% do salário do segurado.
A Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), que acompanhava sessão no Supremo, conta que as primeiras ações da entidade em todo o país começaram em 2002. Hoje a Cobap informa que tem 25 mil ações julgadas em primeira instância favoráveis ao contribuinte.
A Cobap, como outras entidades de representação dos aposentados e pensionistas defendem a pensão integral independente da aplicação da lei vigente à época da concessão do benefício. De acordo com o advogado da entidade, Osório Evandro de Oliveira, o rombo na previdência pode ser R$ 4 bilhões caso todos os aposentados entrem na Justiça reclamando o benefício.
A União alega, sobretudo, que os benefícios devem ser regidos por lei vigente à época da concessão em respeito ao principio do ato perfeito jurídico, apoiada no artigo 5º, inciso 36 da Constituição — “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.
Argumenta também o fato de que não há fonte de custeio prevista para arcar com o aumento das pensões, de acordo com artigo 195, parágrafo 5º da Constituição Federal. “Nenhum beneficio ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”, ou seja, sem receita não pode haver despesa.
Em dezembro do ano passado, o ministro Gilmar Mendes chegou a decidir que o Supremo não deveria mais receber nenhum recurso sobre a revisão da pensão. As apelações deveriam ficar sobrestadas nas instâncias inferiores até que o Plenário decidisse, de uma vez por todas, a questão. Na ocasião, Gilmar Mendes considerou a medida necessária porque, segundo ele, a corte já tinha mais de 10 mil recursos sobre o assunto. Só o seu gabinete tinha recebido 1,4 mil processos.
A ferramenta que impede que recursos sobre assunto recorrente cheguem ao Supremo está prevista na Lei 10.259/01, que estabelece as regras aplicáveis ao Recurso Extraordinário contra decisão de Turmas Recursais dos Juizados Especiais, e no Regimento Interno do STF. Já foi usada uma vez pela corte, na questão da atualização monetária das contas do FGTS. - Maria Fernanda Erdelyi: é correspondente da Revista Consultor Jurídico em Brasília.

DIAP DE NOTÍCIAS - 8/2/2007

COMISSÕES PERMANENTES - COLEGIADOS DA CÂMARA SÃO DISTRIBUÍDOS ENTRES OS PARTIDOS

Os líderes definiram hoje a distribuição das presidências das 20 comissões permanentes da Câmara. Delas, 14 ficaram com partidos da base aliada. A relação foi passada pelo líder do PSB, Márcio França (SP). A reunião de líderes continua para definir as vice-presidências.
Como era esperado, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) ficou para o PMDB, que tem a maior bancada, com 90 deputados. O partido também ficou com as comissões de Educação e Cultura; e de Viação e Transportes.
Já o PT ficou com as comissões de Finanças e Tributação; Desenvolvimento Urbano; e Direitos Humanos e Minorias.

Ciência e Tecnologia - Ao PSDB couberam as comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.
O PFL ficou com as comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Seguridade Social e Família.
O PSB vai presidir as comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Turismo e Desporto.
O PP recebeu as comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Minas e Energia.
A Comissão de Defesa do Consumidor ficou com o PPS; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com o PR; Legislação Participativa, com o PSC; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com o PDT; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com o PTB.

MUTIRÃO DOS TRABALHADORES - BLOCO PSB, PCDOB, PDT, PAN E PMN QUER APROVAR PROJETOS DE INTERESSE DOS TRABALHADORES

Hoje pela manhã o bloco parlamentar constituído por PSB, PCdoB, PDT, PAN, PMN e PHS, que tem cerca de 75 deputados, se reuniu para discutir como será a articulação destes partidos na Casa.
A pauta da discussão transitou entre o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), fundo partidário e uma agenda positiva dos trabalhadores na Câmara. O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), levantou a idéia de o bloco defender proposições consensuais do movimento sindical que podem avançar a tramitação no Legislativo Federal.
O deputado pedetista chamou a atenção para a necessidade de o bloco liderar essa iniciativa, a fim de elaborar uma agenda dos trabalhadores no Legislativo.
Para tanto, pediu ao DIAP que fizesse um levantamento dessas proposições. A assessoria parlamentar do órgão elencou 45 matérias que podem fazer parte dessa “agenda positiva”, como destacou o Diretor de Documentação do Departamento, Antônio Augusto de Queiroz.
Cerca de 30 temas fazem parte da síntese preparada pelo DIAP, de modo a subsidiar esse debate: Assédio Moral, Ascensão Funcional, Automação, Aviso Prévio, Contrato de Experiência, Empregado Doméstico, Demissão Arbitrária, Direito de Greve, Direito de Greve do Servidor, Doenças Ocupacionais, Estabilidade Provisória, Estabilidade do Servidor, Férias, FGTS, Igualdade Racial, Inclusão Previdenciária, Insalubridade, Jornada de Trabalho, Licenças-Maternidade e Paternidade, Limite de Gasto com Pessoal, Negociação Coletiva, Negociação Coletiva do Servidor, Negociação Coletiva no Setor Público, Prazo Prescricional, Teceirização da Mão-de-Obra e Trabalho Escravo.
Seis destes temas tratam dos servidores públicos. As demais proposições dizem respeito às relações de trabalho do setor privado, portanto, trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
Estiveram presentes à discussão os líderes dos partidos Márcio França (PSB/SP) e o presidente da legenda, Roberto Amaral; Renildo Calheiros (PCdoB/PE); Miro Teixeira (PDT/RJ); Takayama (PAN/PR) e Chico Tenório (PMN/AL). A reunião foi presidida pelo líder do bloco, Márcio França. O próximo encontro do bloco será na terça-feira, dia 13, às 10h.
Histórico - Na legislatura passada, nos estertores da crise política que consumia o Governo e a Câmara, a bancada do PSB conseguiu articular, em abril de 2006, uma discussão que mobilizou o movimento sindical e furou a pauta da crise ao propor que a Casa fizesse um “mutirão dos trabalhadores”.
Esse mutirão passaria pela construção de uma pauta consensual do movimento sindical a ser aprovada pela Câmara. Simbolicamente, o mutirão seria colocado em prática em maio, mês em que se comemora o Dia Internacional dos Trabalhadores.
Na ocasião, foi realizado um seminário que debateu uma pauta que, pela filtragem do DIAP, redundou neste Guia que ora apresentamos.

Agora, o bloco retoma essa pauta por iniciativa do presidente da Força Sindical. No entendimento do DIAP, a agenda positiva pode se constituir em grande oportunidade para que o Congresso Nacional avance na discussão de matérias que asseguram e ampliam os direitos dos trabalhadores e servidores públicos, assim como dos aposentados e pensionistas.
Veja o quadro dos projetos, (http://www.diap.org.br/agencia/anexos/GPsintcons.doc) que no entendimento do DIAP, podem se constituir numa "agenda positiva" do movimento sindical no Congresso Nacional

MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA TROCA-TROCA PARTIDÁRIO NÃO MUDOU COM A NOVA REGRA

A mudança ocorrida no regimento interno da Câmara dos Deputados, na legislatura passada, mais precisamente no ano de 2005, não intimidou as mudanças de partido na Casa. De aço com as novas regras, a distribuição dos cargos na Mesa Diretora e nas comissões passa a levar em conta o tamanho das bancadas eleitas em outubro.
Mas o diretor de Documentação do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz , alerta que as mudanças de legenda têm razões regionais e nacionais. E com as mudanças, o governo é sempre o maior beneficiado.
Senado - O Senado também não escapa das mudanças. Desde o início desta legislatura, um dos senadores eleitos em outubro de 2006 mudou de partido. O ex-presidente e senador eleito pelo estado de Alagoas, Fernando Collor de Melo, irritou a direção do antigo partido ao anunciar sua saída.
Collor entrou para o PTB de Roberto Jefferson cassado pela Câmara dos Deputados em 2005.

Veja a lista com os parlamentares que mudaram de legenda e aqueles podem mudar nos próximos dias:

Deputados
Da oposição para a base
Vicentinho Alves (TO) – do PSDB para o PR
Nelson Goetten (SC) – do PFL para o PR
Lucenira Pimentel (AP) – do PPS para o PR
Homero Pereira (MT) – do PPS para o PR
Neilton Mulim (RJ) – do PPS para o PR
Laurez Moreira (TO) – do PFL para o PSB
Colbert Martins (BA) – do PPS para o PMDB
Veloso (BA) – do PPS para o PMDB
Sabino Castelo Branco (AM) – do PFL para o PTB
*Armando Abílio (PB) – do PSDB para o PTB

Da base para a base
Marcos Antonio (PE) – do PSC para o PAN
Waldir Maranhão (MA) – do PSB para o PP
Jurandy Loureiro (ES) – do PSC para o PAN
Lúcio Vale (PA) – do PMDB para PR
Jofran Frejat (DF) – do PTB para o PR
Takayama (PR) – do PMDB para o PAN
Sandro Matos (RJ) – do PTB para o PR
Silas Câmara (AM) – do PTB para o PAN
Maurício Quintella Lessa (AL) – do PDT para o PR
Zequinha Marinho (PA) – do PSC para o PMDB

Senadores
Da oposição para a base
Augusto Botelho (RR) – do PDT para o PT**
Fernando Collor de Mello (AL) – do PRTB para o PTB
Expedito Júnior (RO) – do PPS para o PR
Roseana Sarney (MA) – do PFL para o PMDB**

PROCESSO VIRTUAL: ANAMATRA PARTICIPA DO 1º ENCONTRO SOBRE PROCESSO VIRTUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Evento foi organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o TRT da 10ª Região

A implantação da tramitação eletrônica dos processos trabalhistas deu hoje, 8 de fevereiro, um importante avanço, com a realização do 1º Encontro sobre Processo Virtual na Justiça do Trabalho, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo TRT da 10ª Região. O presidente em exercício da Anamatra, Cláudio Montesso; o diretor de assuntos legislativos, Luciano Athayde, e o presidente da Amatra 15 (Campinas), Firmino Alves, participaram do evento, que contou ainda com a presença de vários magistrados, presidentes de TRTs de várias regiões, e técnicos de informáticas dos tribunais.

Na solenidade de abertura, o conselheiro do CNJ, Douglas Rodrigues, lembrou que o processo virtual vai "cumprir a promessa constitucional de uma justiça rápida, séria e efetiva". O magistrado lembrou da vanguarda da Justiça do Trabalho na informatização e conclamou todos a uma integração. "A Justiça do Trabalho tem como característica processos simples e céleres. Temos que entrar nesta era", afirmou.

Também presente à abertura do Encontro, a presidente do TRT 10, Flávia Falcão, afirmou que a maior dificuldade na implantação do processo virtual será a mudança do "modelo mental" na passagem do processo físico para o eletrônico. "Certamente será mais difícil que a mudança para uma nova ferramenta de trabalho". Já o presidente do TRT da 21ª Região (RN), Eridson Medeiros, afirmou que o processo virtual tem mais a ver com a Justiça do Trabalho do que com qualquer outro segmento do Judiciário. "Não há nada mais parecido conosco", disse.

O sistema desenvolvido pelo CNJ permite encurtar o tempo do processo, a partir da tramitação totalmente eletrônica, via internet, dispensando o uso de papel. A ferramenta já é usada experimentalmente em tribunais de justiça estaduais. Agora, o Conselho quer estender o sistema também para os tribunais regionais do trabalho.

NOTÍCIAS REUTERS - 08/02/2007

IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA É "INEVITÁVEL", DIZ ASSESSOR DE MANTEGA

09:43 - As opiniões são do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Júlio Gomes de Almeida, assessor do ministro Guido Mantega e uma das principais cabeças por trás do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, entre outras medidas, instituiu um fórum para discutir eventuais mudanças na Previdência Social.

A fixação de uma idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada no país é "inevitável", dado o aumento da expectativa de vida, mas a desvinculação dos benefícios pagos pela Previdência do valor do salário mínimo não é bem-vinda.

As opiniões são do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Júlio Gomes de Almeida, assessor do ministro Guido Mantega e uma das principais cabeças por trás do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que, entre outras medidas, instituiu um fórum para discutir eventuais mudanças na Previdência Social.

"Eu sou contrário à desvinculação enquanto você não tiver um sistema tão bom quanto esse de jogar para a sociedade uma política social que você defende para o governo", afirmou Gomes de Almeida à Reuters no início da noite de terça-feira.

Ele argumentou que a Previdência tem hoje um sistema "muito bem montado" de pagamento que garante que os recursos públicos "cheguem ao pobre", o que a torna um instrumento de política social ainda insubstituível.

Para enfrentar a questão do déficit previdenciário --que atingiu 42 bilhões de reais em 2006--, o secretário defende que o Fórum Nacional da Previdência Social priorize uma "agenda positiva" focada inicialmente em três pontos: melhorias de gestão; revisão de regras de pagamentos de benefícios, como as que permitem a acumulação de aposentadorias e pensões; e a fixação de uma idade mínima para os trabalhadores da iniciativa privada.

Gomes de Almeida diz considerar essa última medida "fundamental", mas ele também ressalta a importância de estabelecer regras de transição que evitem sacrifícios exagerados dos atuais contribuintes.

"Instituir a questão da idade (mínima) é inevitável do meu ponto de vista. Se não for agora, daqui a cinco anos, se não for daqui a cinco anos daqui a dez, e quanto antes melhor... e evidentemente sem sacrificar as pessoas que estão no processo, todos nós."
O caminho para avançar com reformas potencialmente polêmicas, segundo o secretário, é começar do mais fácil para o mais difícil e negociar muito com as partes envolvidas. Daí a opção pela criação de um fórum.
Pelas regras em vigor, os trabalhadores do setor privado podem se aposentar após terem contribuído para o INSS por pelo menos 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens), independentemente da idade.

NOVAS DESONERAÇÕES SÓ EM 2009

Segundo Gomes de Almeida, apesar de acreditar na necessidade de mudanças nas regras previdenciárias, o governo não conta com eventuais ganhos com essas reformas para obter a redução prevista em seus gastos correntes.
A idéia, segundo o secretário, é conter os gastos por meio do controle da folha do funcionalismo e também pela estabilização do déficit previdenciário como proporção do PIB por meio de medidas que não impliquem mudanças de regras.
O governo trabalha com a expectativa de reduzir as despesas correntes em cerca de 0,2 ponto percentual em 2008, em 0,2 a 0,3 ponto no ano seguinte e em 0,5 ponto em 2010, último ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
Esse ganho abrirá espaço para a ampliação de investimentos públicos, para uma eventual redução na margem de utilização dos recursos do Projeto Piloto de Investimentos (PPI)--que reduz a parcela de recursos destinados ao pagamento da dívida-- ou para a promoção de novas desonerações tributárias, afirmou Gomes de Almeida.
Ele reconhece, contudo, que novos cortes de tributos só deverão ocorrer em 2009.
"2008 eu acho difícil (promover desonerações), porque o nosso ganho (previsto com o corte de despesas correntes) é um ganho pequeno", afirmou

JORNAL FOLHA DE SP – 09/02/2007

FÓRUM IRÁ DEFINIR SE HÁ NECESSIDADE DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA - AUTOR: ANA PAULA RIBEIRO

O governo federal espera encontrar encontrar soluções para a Previdência no fórum que será criado na segunda-feira. Oficialmente, o discurso é que não há uma posição fechada sobre a necessidade de uma nova reforma.
"Nós temos primeiro que discutir os problemas da Previdência para saber depois quais as soluções que vamos adotar. Se é uma reforma. Se são modificações. Não vamos por o carro na frente dos bois. O governo ainda não tem uma posição sobre isso. Provavelmente podemos desembocar nessa solução ou nessa proposta", disse o ministro Guido Mantega (Fazenda).
De acordo com ele, o governo se preocupa com a sustentabilidade das contas da Previdência no médio e longo prazo, mas que é preciso primeiro fazer um diagnóstico do problema e propor soluções. O ministro Nelson Machado (Previdência) tem a mesma opinião.
"Não podemos começar a discussão antes de fazer o diagnóstico", disse após encontro com Mantega no Ministério da Fazenda.
Especial - Leia o que já foi publicado sobre a reforma da Previdência
Para ele, apenas após o fórum será possível formular uma proposta que será transformada em projeto de lei ou decreto.
"É importante pensar que o fórum não é uma mesa de negociação. É um espaço para discussão. É um espaço para diagnóstico, para levantar propostas e para buscar consenso."
Sobre a mudança na forma de contabilidade das renúncias previdenciárias, ele disse que está sendo desenvolvida uma metodologia para ela.